



**2020**

RELATÓRIO ANUAL DE  
INFORMAÇÕES



## **DIRETORIA EXECUTIVA**

Ingryd Cunha Lemos - Presidente e  
Diretora de Seguridade em exercício  
Nelsiene Santos Sena - Diretora Adm. e Financeira

## **CONSELHO DELIBERATIVO**

### TITULARES

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira - Presidente  
Antônio Monteiro Soares  
Eduardo Rangel Gomes Silva Souza  
Hilda Maria Ribeiro Chagas  
José Gomes do Prado Filho

### SUPLENTES

Geiza Moreira Silva Duarte Batista  
Fernando Santos Braga  
Nelson Ney Pires Gomes Santana

## **CONSELHO FISCAL**

### TITULARES

Adriana Alcantara Villas Boas - Presidente  
Mineia Rubia dos Reis Xavier

### SUPLENTES

Luis Artur Pereira Freitas

# Índice

<b>04</b>	Mensagem aos participantes
<b>05</b>	Panorama geral dos participantes em 2020
<b>05</b>	Receitas
<b>06</b>	Despesas
<b>07</b>	Distribuição dos Investimentos
<b>08</b>	Demonstrativo de Investimentos
<b>09</b>	Rentabilidade
<b>10</b>	Custos com Administração de Recursos
<b>11</b>	Política de Investimentos
<b>12</b>	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico
<b>21</b>	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto
<b>30</b>	Balanco Patrimonial Consolidado
<b>31</b>	Demonstração do Ativo Líquido
<b>31</b>	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
<b>32</b>	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
<b>33</b>	Demonstração das Provisões Técnicas
<b>34</b>	Demonstração do PGA
<b>34</b>	Demonstração das Despesas Administrativas
<b>35</b>	Notas Explicativas
<b>49</b>	Relatório dos Auditores Independentes
<b>51</b>	Parecer do Conselho Fiscal
<b>51</b>	Manifesta�o do Conselho Deliberativo

# Mensagem aos participantes

**E**m atendimento às resoluções CGPC n° 23/2006, a Diretoria Executiva da BASES cumpre o compromisso de levar ao conhecimento dos seus Participantes os principais resultados alcançados pela Fundação em 2020.

O ano de 2020 entrou para a história como um dos mais desafiadores para a humanidade. A pandemia de Covid-19 mudou nossas vidas. Não só na alteração da rotina nos dias de isolamento, mas também nos fez pensar em mudanças mais profundas, em transformações que devem moldar a realidade à nossa volta.

A pandemia também impactou fortemente o mercado financeiro. A instabilidade, que teve seu ápice em março de 2020, atingiu profundamente os resultados dos fundos de pensão. Naquele período, uma boa parte do sistema acumulava déficit, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Porém, como sempre salientamos, os investimentos dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar têm um perfil de longo prazo. Essa característica permite que os fundos de pensão possam mitigar as perdas sentidas na atual conjuntura.

A BASES, apesar de também ter sido impactada pela crise financeira que abalou os mercados mundiais, se manteve firme e honrou o pagamento dos benefícios previdenciários de todos os

seus assistidos. Exercendo, portanto, a função essencial de um fundo de pensão, que é garantir a tranquilidade de seus participantes ao fim da vida laboral.

Mais do que uma exigência legal, este documento representa a transparência na prestação de contas da gestão da BASES. Para 2021, os Órgãos Estatutários permanecerão trabalhando de modo a garantir as melhores práticas de gestão da nossa Entidade.

Sua participação é fundamental nesta trajetória. Tenha plena confiança de que não serão medidos esforços para fazer a BASES cada vez mais forte e valorizada.

Agradecemos pela confiança.

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

Ingryd Cunha Lemos  
**PRESIDENTE E DIRETORA DE  
SEGURIDADE INTERINA**

Nelsiene Santos Sena  
**DIRETORA ADMINISTRATIVA E  
FINANCEIRA**

## Panorama geral dos participantes em 2020

A BASES encerrou o exercício de 2020 com um total de 1.839 participantes, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.571 são assistidos (pessoas que estão recebendo benefícios), 262 ativos e 6 autopatrocinados (participante que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e opta em permanecer na Bases, contribuindo mensalmente, com os mesmos valores de quando estava ativo, ou seja, com os valores de suas contribuições e os do patrocinador). A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

PARTICIPANTES SITUAÇÃO	QUANTIDADE 2020		
	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
ATIVOS	40	222	262
AUTOPATROCINADOS	2	4	6
ASSISTIDOS	1.174	397	1.571
TEMPO DE SERVIÇO	603	151	754
INVALIDEZ	316	178	494
PRÉ-INVALIDEZ	0	13	13
IDADE	7	30	37
PENSÃO	248	25	273
<b>TOTAL</b>	<b>1.216</b>	<b>623</b>	<b>1.839</b>

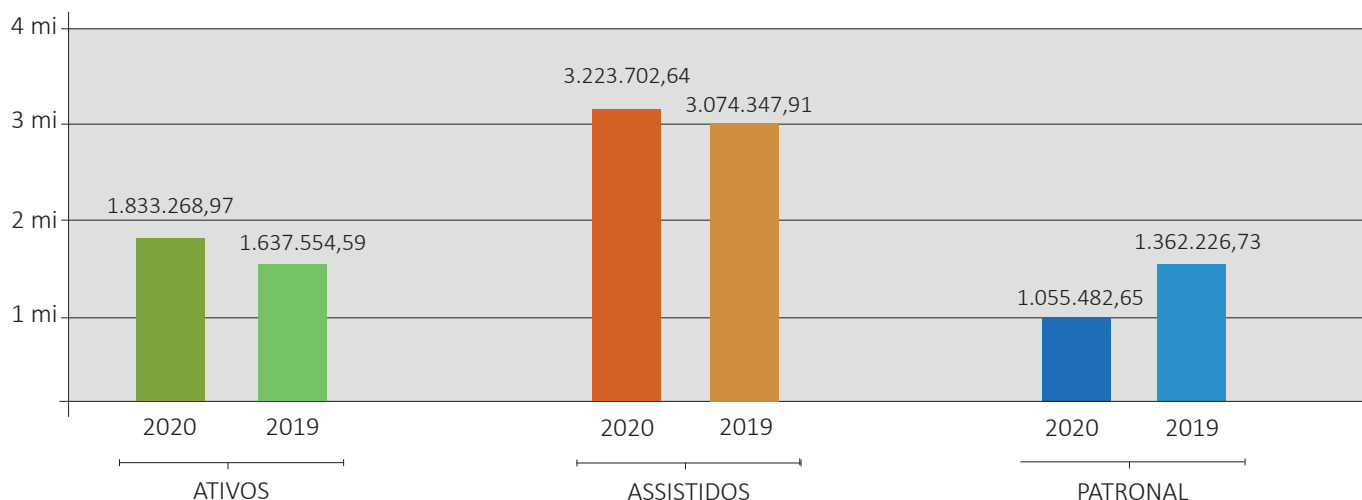
## Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representadas pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. Em 2020, as receitas, somados os dois Planos de Benefícios, alcançaram o valor de R\$ 6.112.454,26.

RECEITAS CONTRIBUIÇÕES	PLANOS			
	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO	
	2020	2019	2020	2019
ATIVOS	165.954,74	210.228,70	1.667.314,23	1.427.325,89
ASSISTIDOS	3.223.702,64	3.074.347,91	0,00	0,00
PATRONAL	325.257,40	434.548,08	730.225,25	927.678,65
<b>TOTAL</b>	<b>3.714.914,78</b>	<b>3.719.124,69</b>	<b>2.397.539,48</b>	<b>2.355.004,54</b>

## Contribuições 2020 - Valores Consolidados

(R\$ milhões)



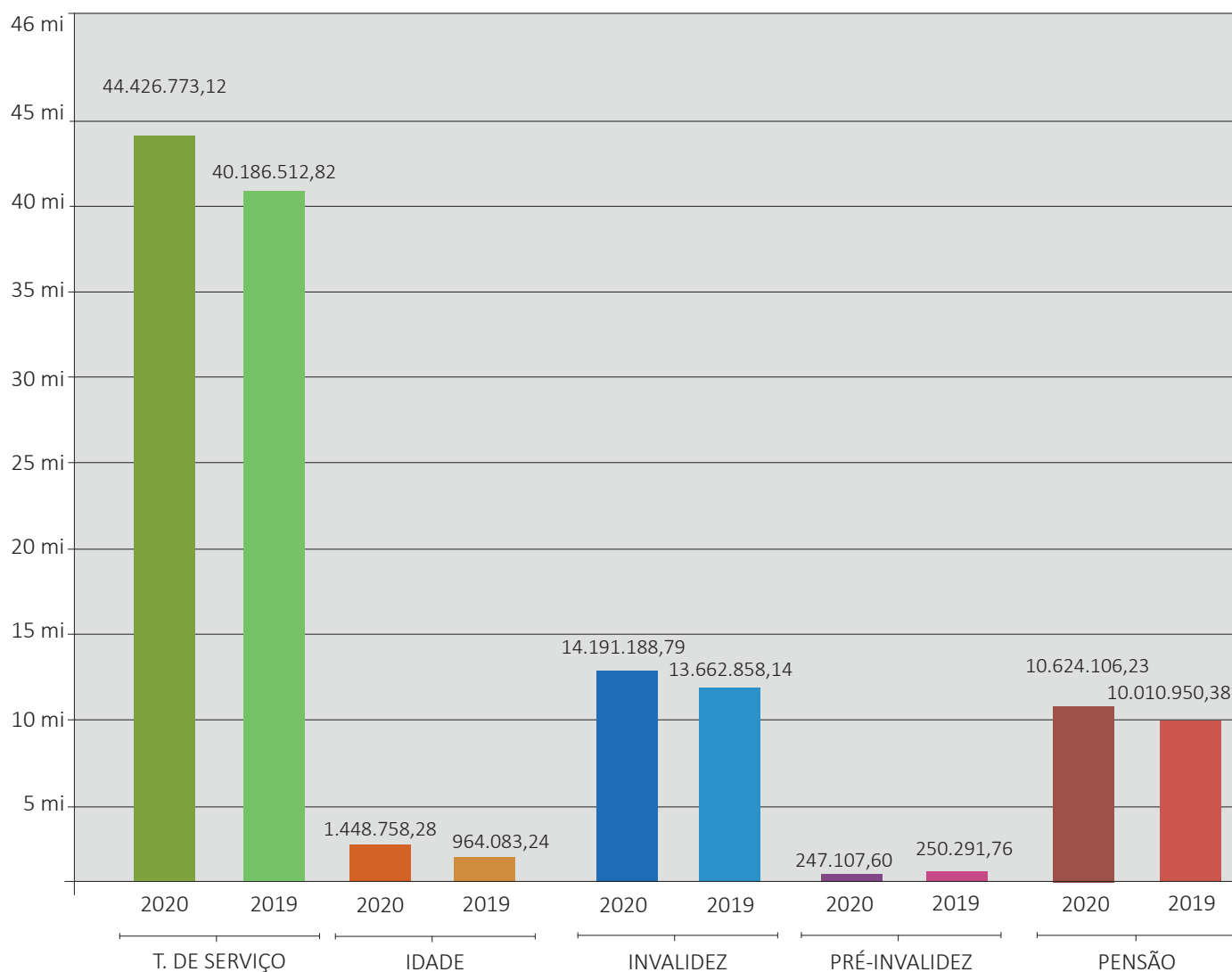
## Despesas

As despesas previdenciais com as folhas de benefícios no ano de 2020 foram de R\$ 70.937.934,02. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 57.006.051,39 e a folha do Plano Misto, R\$ 13.931.882,63. A seguir apresentamos quadro demonstrativo dos benefícios.

DESPESAS	PLANOS			
	BÁSICO		MISTO	
	2020	2019	2020	2019
TEMPO DE SERVIÇO	38.108.743,83	36.523.274,52	6.318.029,29	5.123.345,84
INVALIDEZ	8.783.193,05	8.458.524,44	5.407.995,74	5.204.333,70
PRÉ-INVALIDEZ	0,00	0,00	247.107,60	250.291,76
IDADE	234.548,19	100.537,45	1.214.210,09	863.545,79
PENSÃO	9.879.566,32	9.248.933,49	744.539,91	762.016,89
<b>TOTAL</b>	<b>57.006.051,39</b>	<b>54.331.269,90</b>	<b>13.931.882,63</b>	<b>12.203.533,98</b>

## Folha 2020 - Valores Consolidados por tipo benefício

(R\$ milhões)



## Distribuição de Investimentos

ANOS	2020		2019	
<b>PLANO BÁSICO</b>				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	574.681.694,88	90,86%	587.378.390,75	91,37%
EMPRÉSTIMO	9.424.323,46	1,49%	10.051.696,58	1,56%
IMÓVEIS	48.399.751,38	7,65%	45.417.330,85	7,07%
TOTAL PB	632.505.769,72	100,00%	642.847.418,18	100,00%
<b>PLANO MISTO</b>				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	308.882.052,76	97,24%	308.136.691,46	97,24%
EMPRÉSTIMO	10.208.846,08	2,76%	8.750.281,76	2,76%
TOTAL PM	319.090.898,84	100,00%	316.886.973,22	100,00%
<b>CONSOLIDADO</b>				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	895.515.082,21	93,23%	895.515.082,21	93,23%
EMPRÉSTIMO	18.801.978,34	1,96%	18.801.978,34	1,96%
IMÓVEIS	45.417.330,85	4,73%	45.417.330,85	4,73%
TOTAL GERAL	959.734.391,40	100,00%	959.734.391,40	100,00%

## Demonstrativo de Investimentos - Plano Básico

ANOS	2020	2019
<b>PLANO BÁSICO</b>		
1. Gestão de Carteira Própria	55.129.167,47	53.996.165,96
1.1 Depósitos	-	-
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	6.469.573,93	7.474.946,38
Carteira Imobiliária	48.399.751,43	46.488.120,44
Valores a Pagar/Receber	259.842,11	33.099,14
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	574.681.695,97	587.378.390,75
BRDESCO FI RF REF DI PREMIUM		
BRDESCO FI MM FEB BD		
3. Total Demonstrativo de Investimentos	629.810.863,44	641.374.556,71

## Demonstrativo de Investimentos - Plano Misto

ANOS	2020	2019
<b>PLANO MISTO</b>		
1. Gestão de Carteira Própria	3.982.053,25	4.561.283,03
1.1 Depósitos	-	-
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	3.982.053,25	4.561.283,03
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	-	-
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	308.882.011,64	308.136.691,46
BRADESCO FI MM FEB II CD	308.136.691,46	308.136.691,46
3. Total Demonstrativo de Investimentos	312.863.697,93	312.697.974,49

## Demonstrativo de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

ANOS	2020	2019
<b>PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>		
1. Gestão de Carteira Própria	-	-
1.1 Depósitos	-	-
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	-	-
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	-	-
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	14.630.805,87	16.491.609,64
BRADESCO FI RF CP TOP BANCOS	2.760.085,03	2.710.350,67
BRADESCO FI RF DI FEDERAL EXTRA	11.870.720,84	13.781.258,97
3. Total Demonstrativo de Investimentos	14.631.174,59	16.491.609,64



## Rentabilidade Acumulada dos Planos

ANO	RENTABILIDADE ACUMULADA	
	PLANO BÁSICO	META ATUARIAL
2020	7,89%	10,72%
2019	10,21%	9,70%

ANO	RENTABILIDADE ACUMULADA	
	PLANO MISTO	META ATUARIAL
2020	7,33%	28,18%
2019	11,14%	12,40%

## Rentabilidade por Plano e por Segmento de Aplicação

PLANO BÁSICO	2020	2019
RENDA FIXA	7,45%	10,41%
EMPRÉSTIMO	18,37%	18,21%
IMÓVEIS	10,52%	6,05%
PLANO (INVESTIMENTOS)	7,89%	10,21%

PLANO MISTO	2020	2019
RENDA FIXA	6,66%	10,73%
EMPRÉSTIMO	30,73%	26,99%
PLANO (INVESTIMENTOS)	7,33%	11,12%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	2020	2019
RENDA FIXA	2,29%	5,80%
PGA (INVESTIMENTOS)	2,29%	5,80%

## Custos com Administração de Recursos

PLANO BÁSICO	1º SEMESTRE 2020				2º SEMESTRE 2020				TOTAL	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
DESPEASAS										
TX ADM.	87.006,49	69,73%	87.006,49	69,01%	93.556,89	69,55%	91.918,42	64,97%	359.488,29	72,70%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
TX ANBIMA	1.339,50	1,07%	1.339,50	1,06%	967,00	0,72%	1.897,30	1,34%	5.543,30	1,13%
TX CETIP	8.166,74	6,55%	8.166,74	6,48%	7.837,03	5,83%	8.849,02	6,25%	33.019,53	6,26%
TX SELIC	3.594,68	2,88%	3.594,68	2,85%	3.828,54	2,85%	3.934,48	2,78%	14.952,38	2,28%
AUDITORIA	-	0,00%	-	0,00%	5.235,00	3,89%	-	0,00%		2,25%
CUSTÓDIA	7.032,09	5,64%	7.032,09	5,58%	7.227,44	5,37%	6.706,20	4,74%	27.997,82	5,59%
CVM	11.994,60	9,61%	11.994,60	9,51%	11.029,55	8,20%	12.029,55	8,50%	47.048,30	9,73%
OUTROS	233,67	0,19%	233,67	0,19%	123,15	0,09%	6.018,72	4,25%	6.609,21	0,06%
TOTAL	124.770,43	100,00%	126.087,20	100,00%	134.516,85	100,00%	141.481,99	100,00%	494.658,83	100,00%

PLANO MISTO	1º SEMESTRE 2020				2º SEMESTRE 2020				TOTAL	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
DESPEASAS										
TX ADM.	49.538,06	67,93%	51.516,11	67,47%	49.814,21	68,80%	51.516,11	67,47%	202.384,49	68,82%
PERFORMANCE		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
TX ANBIMA	1.382,48	1,90%	1.550,00	2,03%	775,00	1,07%	1.550,00	2,03%	5.257,48	1,62%
TX CETIP	6.545,80	8,98%	8.299,57	10,87%	7.186,65	9,93%	8.299,57	10,87%	30.331,59	10,00%
TX SELIC	1.776,89	2,44%	2.046,95	2,68%	1.909,40	2,64%	2.046,95	2,68%	7.780,19	2,32%
AUDITORIA		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		2,04%
CUSTÓDIA	3.936,77	5,40%	3.885,86	5,09%	3.678,06	5,08%	3.885,86	5,09%	15.386,55	5,29%
CVM	9.556,05	13,10%	9.022,16	11,82%	9.022,16	12,46%	9.022,16	11,82%	36.622,53	9,80%
OUTROS	193,80	0,27%	38,37	0,05%	17,08	0,02%	38,37	0,05%	287,62	0,11%
TOTAL	72.929,85	100,00%	76.359,02	100,00%	72.402,56	100,00%	76.359,02	100,00%	298.050,45	100,00%

CONSOLIDADO	1º SEMESTRE 2020				2º SEMESTRE 2020				ANO	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE			
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
DESPEASAS										
TX ADM.	136.544,55	69,42%	138.522,60	71,14%	143.371,10	74,69%	143.434,53	65,84%	561.872,78	71,31%
PERFORMANCE		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
TX ANBIMA	2.721,98	0,90%	2.889,50	1,77%	1.742,00	0,85%	3.447,30	1,58%	10.800,78	1,30%
TX CETIP	14.712,54	7,62%	16.466,31	7,97%	15.023,68	7,54%	17.148,59	7,87%	63.351,12	7,60%
TX SELIC	5.371,57	2,41%		2,30%		2,24%		0,00%		2,29%
AUDITORIA		2,96%		0,00%	5.235,00	2,85%		0,00%	0,00	2,18%
CUSTÓDIA	10.968,86	5,34%	10.917,95	5,47%	10.905,50	5,75%	10.592,06	4,86%	43.384,37	5,49%
CVM	21.550,65	11,33%		11,08%		6,07%		0,00%		9,75%
OUTROS	427,47	0,02%	272,04	0,27%	140,23	0,01%	6.057,09	2,78%	6.896,83	0,08%
TOTAL	197.700,28	100,00%	202.446,22	100,00%	206.919,41	100,00%	217.841,01	100,00%	792.709,28	100,00%

## Aderência à Política de Investimentos de 2020

SEGMENTOS	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020				ENQUADRAMENTO BASES 2020		
	RESOL. 4.661	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	90,86%	96,80%	100%
Renda Variável	70%	30%	20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. Estruturados	20%	20%	15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	20%	8%	5%	0,00%	7,65%	0,00%	0,00%
Empréstimo a Participantes	15%	15%	15%	0,00%	1,49%	3,20%	0,00%
Invest. no Exterior	20%	10%	5%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total					100,00%	100,00%	100,00%

## Quadro Resumo da Política de Investimentos para o ano de 2021

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA						
PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS			
01/2020 a 12/2021	INPC	Plano de Benefício Definido- Básico CNPB: 19.860.002-65	5,00%			
01/2020 a 12/2021	IGP-M	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	4,09%			
01/2020 a 12/2021	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa- PGA	0,00%			
DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL						
Aprovação na Ata da 347ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 23/12/2020						
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO						
PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO			
01/2020 a 12/2021	Plano	Ingrid Cunha Lemos	Presidente			
CONTROLE DE RISCO						
Risco de Mercado	Risco de Liquidez		Risco de Contraparte			
Risco Legal	Risco Operacional					
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não		Realiza Estudos de ALM: Sim			
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não					
ALOCAÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2019 a 12/2019						
PLANO BÁSICO						
SEGMENTO	LIMITE RES. 4.661	ALOCAÇÃO MÍNIMA %	ALOCAÇÃO MÁXIMA %	ALOCAÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE	
RENDA FIXA	100	0	100	71	INPC + 5,00% a.a	
RENDA VARIÁVEL	70	0	30	15	IBX + 3,00% a.a	
IMÓVEIS	20	0	8	0	INPC + 5,00% a.a	
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15	0	15	4	INPC + 5,00% a.a	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20	0	20	10	INPC + 5,00% a.a	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10	0	10	0	INPC + 5,00% a.a	
PLANO MISTO						
SEGMENTO	LIMITE RES. 4.661	ALOCAÇÃO MÍNIMO %	ALOCAÇÃO MÁXIMO %	ALOCAÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE	
RENDA FIXA	100	0	100	80	IGP-M + 4,09% a.a	
RENDA VARIÁVEL	70	0	20	10	IBX + 3,00% a.a	
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	20	0	5	0	IGP-M + 4,09% a.a	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15	0	15	4	IGP-M + 4,09% a.a	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	20	0	15	5	IGP-M + 4,09% a.a	
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA						
SEGMENTO	LIMITE RES. 4.661	ALOCAÇÃO MÍNIMO %	ALOCAÇÃO ALVO%	ALOCAÇÃO MÁXIMO %	META DE RENTABILIDADE	
RENDA FIXA	100	0	100	100	CDI	

# Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico

## 1. Introdução

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020 do Plano Básico (CNPB: 1986.0002-65), realizada na posição de 31/12/2020, utilizando a base de dados cadastrais de 31/12/2020, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de dezembro de 2020, com provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2020, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

## 2. Legislação Aplicável

A seguir destacamos os principais normativos aplicáveis ao segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC do Brasil, observados para elaboração desta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício:

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Instrução Previc nº 10/2018 de 30/11/2018

Regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.

## 3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Básico é um Plano do tipo Benefício Definido, fechado à adesão de novos participantes desde 01/07/1998, administrado pela FUNDACAO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e Patrocinado pela BANE CORRETORA DE SEG. S/A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo BANCO ALVORADA S/A (CNPJ: 33.870.163/0001-84) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

## 4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

### 4.1. Hipóteses Atuariais

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, bem como à atividade desenvolvida pelo Patrocinador, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve certificar-se de que as hipóteses selecionadas são adequadas. Para o encerramento do exercício de 2019 a análise das hipóteses atuariais considerou o estabelecido na legislação vigente, que define orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização ou na manutenção dos estudos técnicos já existentes.

A seguir descreveremos o conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na

apuração das Provisões Matemáticas apresentadas neste Parecer Atuarial.

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	5,00% ao ano
Crescimento Real de Salário	0,00% ao ano
Crescimento Real do SRB	3,00% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	$q_x$ da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	$q_x^i = q_x$ da da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média $H_x^{12}$ (Experiência Plano 2020)
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Média $H_x^{12}$ (Experiência Plano 2020)
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

Do encerramento do exercício de 2019 para o encerramento do exercício de 2020, foram alteradas as hipóteses atuariais de crescimento real de salário, que passou de 1,83% ao ano para 0,00% ao ano, a tábua de entrada em invalidez que passou da Light-Forte agravada 5% para a Álvaro Vindas e da composição familiar utilizada na avaliação dos benefícios a conceder e de aposentadorias concedidos, que foi atualizado no ano de 2020 com base no cadastro de dependentes fornecido pela Entidade, conforme decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade tomada após análise dos Relatórios de Análise das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios, que apresentaram as Hipóteses Atuariais a serem adotadas na avaliação atuarial do Plano para o encerramento do exercício de 2020, elaborados nos termos estabelecidos pela legislação em vigor, além estudo de aderência da taxa real de juros realizado pelo consultor financeiro e pelos Atestados de Validação das Informações Cadastrais e Técnicas preparado e enviado pelo ARPB e pelo AETQ. As alterações das hipóteses atuariais resultaram nos seguintes impactos na avaliação atuarial de 31/12/2020:

Hipótese	Valor
Crescimento Salarial de 0% ao ano	R\$ (64.209,10)
Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas	R\$ (3.547,53)
Atualização da Composição Familiar Média $H_x^{12}$ (Experiência Plano 2020)	R\$ (5.430.288,12)
Total	R\$ (5.498.044,75)

#### 4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

#### 5. Perfil da Massa de Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios

Os valores apresentados a seguir são nominais e se referem a base cadastral de 31/12/2020.

##### 5.1. Participantes Não Assistidos

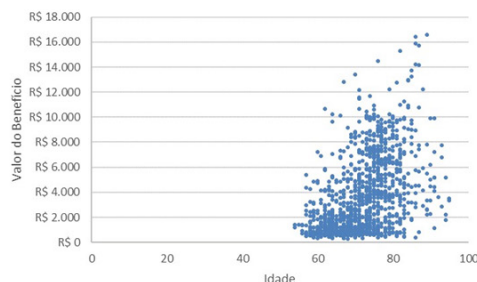
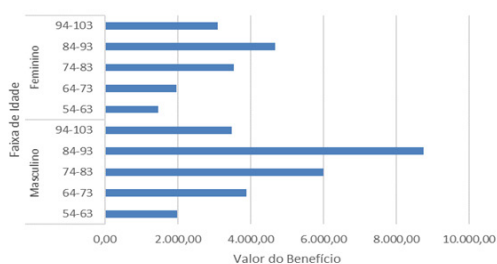
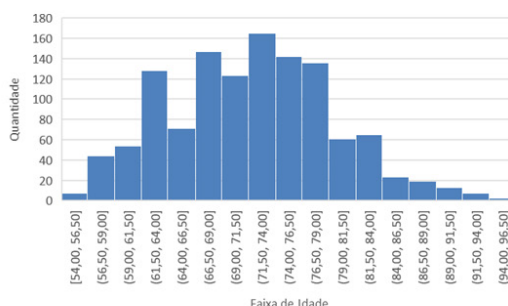
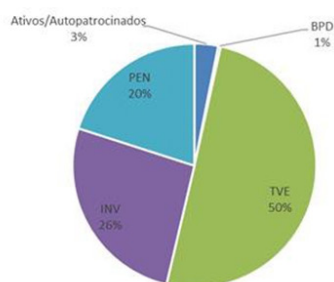
Referência	Ativos *	Autopatroc.	BPD	Total
Quantidade Total	38	4	4	46
Idade Média (anos)	67,10	65,50	64,50	66,00
Tempo de Serviço Médio (anos)	44,95	37,75	37,25	43,31
Tempo Médio de Contribuição (anos)	34,45	-	-	30,57
Salário Real de Benefício Médio Mensal (R\$)	6.818,12	-	-	5.965,67
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	3.368.149,07	-	-	3.567.470,66

## 5.2. Participantes Assistidos

Referência	TVE	Invalidez	Pensão *
Quantidade	606	317	242
Idade Média (anos)	74,04	66,39	70,21
Benefício Médio Mensal (R\$)	4.784,84	2.065,03	3.142,96
Folha Anual do Benefício Médio Mensal (R\$)	37.694.970,43	8.509.985,25	9.887.750,86

\* Para Pensões por Morte, nesta tabela, foram utilizadas as idades de todos os dependentes cadastrados em cada família e os valores de benefícios integralizados por família.

## 5.3. Análise gráfica dos Participantes Não Assistidos e Assistidos



Para Pensões por Morte, nos gráficos apresentados, foram utilizadas as idades e sexos indicados dos cônjuges no cadastro de dependentes.

## 6. Qualidade da base cadastral e dados contábeis utilizados

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Avaliação Atuarial, o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de Pecúlio por Morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial do exercício de 2020.

## 7. Duração do Passivo

A duração do passivo foi calculada em 8,59 anos através do sistema Venturo da Previc, utilizando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias na posição de 31/12/2020, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

## 8. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Básico é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Básico na posição de 31/12/2020 foi de R\$ 632.679.117,28.

## 9. Resultados apurados

### 9.1. Resultados a Valor Presente

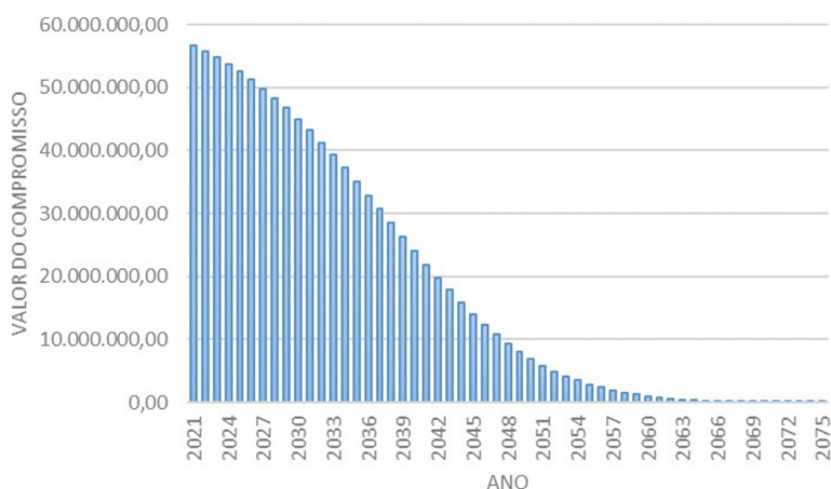
A situação financeiro-atuarial do Plano Básico, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano a novas adesões de participantes, em 01/07/1998, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 4.430.511,50, equivalente a 1,62% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, e equivalente a 0,71% das Provisões Matemáticas reavaliadas na posição de 31/12/2020. Este Superávit Técnico Acumulado foi contabilizado integralmente como Reserva de Contingência, a fim de garantir a quitação dos compromissos cobertos pelo Plano ao longo dos anos futuros de sua existência, em face de eventos futuros e incertos, nos termos da legislação em vigor, conforme demonstrado a seguir:

CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
2.3.1.0.00.00.00	<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)</b>	632.679.117,28
2.3.1.1.00.00.00	<b>PROVISÕES MATEMATICAS</b>	628.248.605,78
2.3.1.1.01.00.00	<b>Benefícios Concedidos</b>	614.371.857,63
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	614.371.857,63
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	469.161.265,45
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	145.210.592,18
2.3.1.1.02.00.00	<b>Benefícios a Conceder</b>	13.876.748,15
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	11.279.376,55
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	11.503.997,33
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-201.390,33
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-23.230,45
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.597.371,60
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.649.096,41
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-46.375,39
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-5.349,42
2.3.1.1.02.04.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repart de Cap de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	<b>Provisões Matemáticas a Constituir</b>	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores (ES)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.00.00.00	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	4.430.511,50
2.3.1.2.01.00.00	<b>Resultados Realizados</b>	4.430.511,50
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	4.430.511,50
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	4.430.511,50
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	<b>Resultados a Realizar</b>	0,00

\* Os valores contábeis encaminhados para processamento da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2020 não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.

## 9.2. Resultados a Valor Futuro

Foram projetados através de valores de fluxos probabilísticos de receitas e despesas previdenciárias o compromisso a valor futuro para fins de apuração da duração do passivo e ajuste de precificação. O compromisso a valor futuro apresentou o seguinte comportamento:



A previsão para quitação do último compromisso previdenciário do Plano é no ano 2075.

## 10. Variação das Provisões Matemáticas

A composição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2018 para o final do ano 2019, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2019	31/12/2020	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	609.847.766,16	614.371.857,63	0,74%
Provisão de Benefícios a Conceder	22.180.010,56	11.279.376,55	-49,15%
Provisão Matemática a Constituir- Serviço	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	632.027.776,72	628.248.605,78	-0,60%

(valores em R\$)

As Provisões Matemáticas avaliadas em 31/12/2020, utilizando as hipóteses atuariais indicadas no item 4.1. deste Relatório de Avaliação Atuarial, com a base cadastral de 31/12/2020 (cujos valores monetários foram projetados no valor pico com previsão de reajuste para a data da Avaliação Atuarial), variaram pouco em comparação com os valores avaliados em 31/12/2019, em parte pela alteração das hipóteses atuariais e em parte pela evolução cadastral e atualização dos valores monetários atrelados pela inflação do INPC do IBGE, fazendo com que as provisões matemáticas se reduzissem aproximadamente 0,60% em relação aos valores contabilizados no encerramento de 2019.

## 11. Natureza do Resultado

O Plano apresentou um resultado superavitário no encerramento do exercício de 2020 no valor de R\$ 4.430.511,50, mesmo considerando as perdas financeiras apuradas no ano de 2020 em decorrência da crise mundial instaurada pela pandemia do novo coronavírus e desta forma, a natureza do resultado pode ser considerada em parte como conjuntural, em decorrência de ganhos financeiros obtidos em exercícios anteriores e em parte estrutural, considerando a alteração de premissas atuariais que geraram resultados positivos ao Plano, adotadas pela Entidade com base em estudos técnicos de aderência realizados ao longo do ano de 2020. Este Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, foi contabilizado integralmente como Reserva de Contingência a fim de garantir a quitação dos compromissos cobertos pelo Plano ao longo dos anos futuros de sua existência, em face de eventos futuros e incertos, apurada conforme a seguir:

Apuração da Reserva de Contingência	Valor
a) Provisões Matemáticas de Benefício Definido	R\$ 628.248.605,78
b) Duration do Passivo	8,59
c) Percentual da Reserva de Contingência = Mínimo {25%;(10+b)%}	18,59%
d) Superávit Técnico	R\$ 4.430.511,50
e) Reserva de Contingência Mínimo (d ; c x a)	R\$ 4.430.511,50



Por meio do programa Venturo disponibilizado pela Portaria PREVIC nº 86, de 01/02/2020, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, de forma a se apurar o equilíbrio técnico ajustado. Em 31/12/2020 o ajuste de precificação corresponde a R\$ (7.128.552,25). Levando-se em conta esse ajuste de precificação, o equilíbrio técnico ajustado foi calculado em R\$ (2.698.040,75), nos termos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30/2018, conforme a seguir:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valor
a) Resultado Realizado	4.430.511,50
a.1) Superávit Técnico Acumulado	4.430.511,50
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-
b) Ajuste de Precificação	(7.128.552,25)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(2.698.040,75)

(valores em R\$)

Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (2.698.040,75) equivale a 0,43% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 628.248.605,78 na posição de 31/12/2020 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada em 8,59 anos, o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite de resultado deficitário que poderia ser mantido no Plano, calculado em  $1\% \times (\text{duração do passivo de 8,59 anos} - 4)$  das provisões matemáticas, o que resulta em um limite de déficit de 4,59% dessas provisões, limite este que totaliza R\$ 28.836.611,01, e, que de acordo com a legislação em vigor, pode ser mantido no Plano. Registramos, em atendimento a legislação, por meio do Estudo Técnico para Verificação da Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano, realizado por Consultor Financeiro da EFPC ao longo do ano de 2020, foi verificada a capacidade financeira do Plano de carregar a posição alocada em títulos públicos federais indexados à inflação marcados na curva, até os seus respectivos vencimentos, tendo como princípio básico a satisfação simultaneamente das condições de solvência e liquidez intertemporal do Plano. Neste estudo se evidenciou que a taxa de reaplicação necessária para o equilíbrio do Plano não está sendo afetada pela distribuição temporal do fluxo destes títulos, em relação ao passivo, confirmando, desta forma, que até então existe capacidade financeira de manutenção na carteira dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, sem que o equilíbrio técnico ajustado apurado represente risco de liquidez no curto prazo.

## 12. Variação do Resultado apurado entre 2019 e 2020

A manutenção do superávit contábil foi possível principalmente pela pequena redução das provisões matemáticas decorrentes de evolução da massa de participantes e assistidos e pela revisão das hipóteses atuariais, além das revisões que são constantemente realizadas na base cadastral da Entidade, sabendo que o patrimônio de cobertura do plano sofreu com perdas financeiras decorrentes da grave crise mundial vivenciada pela pandemia instaurada pelo coronavírus ao longo do ano de 2020, considerando ainda que paralelamente a inflação apurada neste período pelo INPC do IBGE, indexador do Plano, não excedeu as perspectivas, conforme podemos observar a seguir:

Referência	31/12/2019	31/12/2020	Variação
Déficit / Superávit Técnico Acumulado	10.419.879,87	4.430.511,50	-57,48%
Reserva de Contingência	10.419.879,87	4.430.511,50	-57,48%
Reserva Especial	-	-	-

(em R\$)

## 13. Custos Avaliados

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentada nesta Demonstração Atuarial (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total puro de 12,80% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	10,00%	10,03%
INVALIDEZ	0,07%	0,02%
PENSÃO POR MORTE	1,51%	1,33%
PECÚLIO POR MORTE*2	0,76%	0,97%

AUXÍLIO RECLUSÃO *2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	12,34%	12,35%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	2,18%	2,18%
SUB-TOTAL (2)	2,18%	2,18%
TOTAL (1)+(2)	14,52%	14,53%

\*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

\*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

\*3: Custo coberto por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinador: 15% das Contribuições Normais.

#### 14. Plano de Custeio

O custo total carregado com a sobrecarga administrativa de 15%, reavaliado em 14,53% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2021, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Referência	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,147%
Contribuição Normal do Patrocinador	8,383%
Sub-Total	14,53%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	14,53%
Contribuições Normais dos Assistidos *2	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

\*1: Contribuições Normais carregadas com a sobrecarga administrativa de 15%.

\*2: Cálculo realizado considerando apenas a população que realiza contribuições normais.

NOTA: A contribuição dos autopatrocinados, com base nos resultados da presente avaliação atuarial, relativa à parcela que eles fazem à parte do Patrocinador, deverá ser ajustada, a partir do início de vigência do Plano de Custeio para o exercício de 2021, para o correspondente a 1,363754677 vezes a contribuição que fazem relativamente à parte do Participante.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,53% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado em 31/12/2020, de 14,53% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado em 31/12/2020.

Para o exercício de 2021, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes no exercício de 2020, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano:

I – contribuição mensal dos participantes não assistidos, mediante o recolhimento de um percentual do salário de participação, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano;

II – contribuição mensal dos participantes assistidos, mediante o recolhimento de percentuais do benefício concedido

pelo PLANO, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano; e

III – contribuição mensal dos PATROCINADORES, mediante o recolhimento de percentuais da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano.

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2021 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

Este plano de custeio entra em vigor a partir do dia 1º de abril de 2021.

## 15. Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, efetivamente obtida ao longo de 2020 pela Entidade, na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, foi de 7,36% contra uma meta atuarial nominal de rentabilidade líquida estimada de 10,41%, o que, em termos reais, representou obter 2,10% no ano, abaixo da meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,00% ao ano. A variação do índice de inflação utilizado (INPC do IBGE) é aplicada com 1 (um) mês de defasagem. Na apuração das taxas de juros a metodologia empregada foi a Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais das adições e deduções previdenciárias.

## 16. Principais Riscos Atuariais

Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, devem primar pela realização dos ajustes que se fizerem necessários. De todo modo, todas as hipóteses atuariais envolvidas no cálculo atuarial, se não realizadas, geram riscos para o Plano. Além dos riscos decorrentes da não realização das hipóteses atuariais conforme projetado, as EFPC estão sujeitas, principalmente, aos riscos de liquidez (descasamento de ativos x passivos), riscos operacionais e de manutenção de cadastro, que podem impactar de forma mais acentuada os modelos matemáticos utilizados nos cálculos e projeções atuariais, os quais devem ser constantemente analisados no âmbito da EFPC, inclusive considerando que o valor de ajuste de precificação foi apurado em valor negativo.

## 17. Soluções para o Equacionamento do Déficit

Apesar do equilíbrio técnico ajustado apurado estar dentro do limite aceitável de manutenção de déficit, conforme estabelecido pela legislação vigente, sabendo inclusive que estamos vivenciando uma crise financeira global não vivida por gerações, decorrente principalmente pela Pandemia instaurada pelo Coronavírus, que refletiram em perdas financeiras globais ao longo do ano de 2020, com reflexos na rentabilidade do Plano, recomenda-se no tempo adequado, no caso de haver situações de déficit que venham a ocorrer constantemente, que sejam tomadas ações efetivas por parte dos Órgão de Governança da Entidade. Para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, continuaremos realizando o acompanhamento dos resultados das Avaliações Atuariais e das necessidades do Plano mensalmente de forma a promover os ajustes que venham a ser necessários ao custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções, caso haja necessidade, que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assistidos e da Patrocinadora, sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.

## 18. Despesas Administrativas

15% das Contribuições Normais dos Participantes Não Assistidos, dos Assistidos (Aposentados) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

## 19. Conclusão

Na qualidade de atuários habilitados e legalmente responsáveis pela avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2020 do Plano Básico administrado pela Fundação BASES, atestamos que ele se encontra superavitário contabilmente. A Reserva de Contingência foi constituída considerando o disposto na legislação vigente, não sendo atingido seu limite. E, com a apuração do equilíbrio técnico ajustado em valor negativo, representando déficit técnico, porém dentro dos limites aceitáveis de manutenção, conforme estabelecido pela legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2021.

Gabriel Pimentel Sátyro  
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello  
Atuário MIBA 426

# Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto

## 1. Introdução

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020 do Plano Misto (CNPB: 1998.0037-11), realizada na posição de 31/12/2020, utilizando a base de dados cadastrais de 31/12/2020, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de dezembro de 2020, com provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2020, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

## 2. Legislação Aplicável

A seguir destacamos os principais normativos aplicáveis ao segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC do Brasil, observados para elaboração desta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício:

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Instrução Previc nº 10/2018 de 30/11/2018

Regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.

## 3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Misto é um Plano do tipo Benefício Definido, fechado à adesão de novos participantes desde 01/07/1998, administrado pela FUNDACAO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e Patrocinado pela BANE CORRETORA DE SEG. S/A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo BANCO ALVORADA S/A (CNPJ: 33.870.163/0001-84) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

## 4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

### 4.1. Hipóteses Atuariais

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, bem como à atividade desenvolvida pelo Patrocinador, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve certificar-se de que as hipóteses selecionadas são adequadas. Para o encerramento do exercício de 2020 a análise das hipóteses atuariais considerou o estabelecido na legislação vigente, que define orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização ou na manutenção dos estudos técnicos já existentes.

A seguir descreveremos o conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas apresentadas neste Parecer Atuarial.

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	4,09% ao ano
Crescimento Real de Salário	0,00% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%
Indexador do Plano	IGP-M da FGV
Tábua de Mortalidade Geral	$q_x$ da AT2000 (segregada por sexo) desagradada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média (Hx12)
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Efetiva
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

Do encerramento do exercício de 2019 para o encerramento do exercício de 2020, foram alteradas as hipóteses atuariais de crescimento real de salário, que passou de 1,83% ao ano para 0,00% ao ano e a tábua de entrada em invalidez que passou da Light-Forte agravada 5% para a Álvaro Vindas, conforme decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade tomada após análise dos Relatórios de Análise das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios, que apresentaram as Hipóteses Atuariais a serem adotadas na avaliação atuarial do Plano para o encerramento do exercício de 2020, elaborados nos termos estabelecidos pela legislação em vigor, além estudo de aderência da taxa real de juros realizado pelo consultor financeiro e pelos Atestados de Validação das Informações Cadastrais e Técnicas preparado e enviado pelo ARPB e pelo AETQ. As alterações das hipóteses atuariais resultaram nos seguintes impactos na avaliação atuarial de 31/12/2020:

Hipótese	Valor
Crescimento Salarial de 0% ao ano	R\$ (819.570,51)
Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas	R\$ (3.240.300,83)
Total	R\$ (4.059.871,34)

## 4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

## 5. Perfil da Massa de Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios

Os valores apresentados a seguir são nominais e se referem a base cadastral de 31/12/2020.

### 5.1. Participantes Não Assistidos

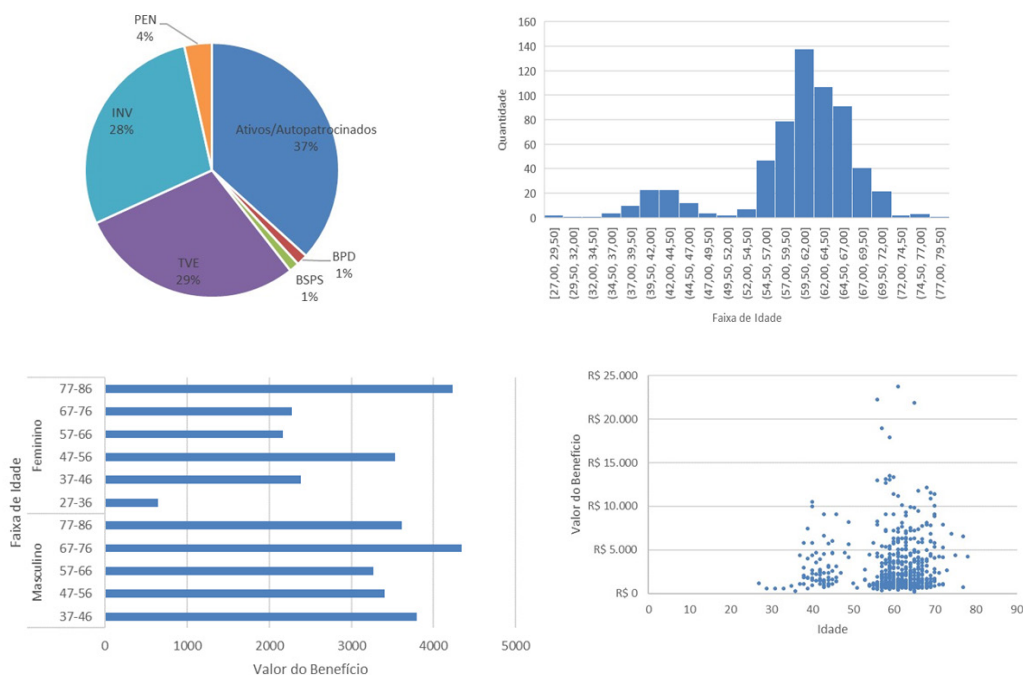
Referência	Ativos *	Autopatroc.	BPD	BSPS
Quantidade Total	231	9	8	9
Idade Média (anos)	53,42	54,55	60,25	59,11
Tempo de Serviço Médio (anos)	30,64	32,77	36,13	36,56
Tempo Médio de Contribuição (anos)	30,75	-	-	-
Salário Real de Benefício Médio Mensal (R\$)	6.965,05	-	-	-
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	20.916.046,03	-	-	-

## 5.2. Participantes Assistidos

Referência	TVE	Invalidez	Pensão *
Quantidade	181	178	22
Idade Média (anos)	63,46	64,05	63,95
Benefício Médio Mensal (R\$)	3.158,18	2.363,83	2.603,74
Folha Anual do Benefício Médio Mensal (R\$)	7.431.197,15	5.469.907,56	744.669,51

\* Para Pensões por Morte, nesta tabela, foram utilizadas as idades de todos os dependentes cadastrados em cada família e os valores de benefícios integralizados por família.

## 5.3. Análise gráfica dos Participantes Não Assistidos e Assistidos



Para Pensões por Morte, neste gráfico, foram utilizadas as idades dos dependentes vitalícios mais jovens de cada família.

## 6. Qualidade da base cadastral e dados contábeis utilizados

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como o Resultado Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência e como Reserva Especial para Revisão de Plano, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Avaliação Atuarial, o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de Pecúlio por Morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial do exercício de 2020.

## 7. Duração do Passivo

A duração do passivo foi calculada em 12,16 anos através do sistema Venturo da Previc, utilizando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias na posição de 31/12/2020, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

## 8. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Misto é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Misto na posição de 31/12/2020 foi de R\$ 310.121.694,90.

## 9. Resultados apurados

### 9.1. Resultados a Valor Presente

A situação financeiro-atuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2020, utilizando os regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais indicados no item 4 deste Relatório de Avaliação Atuarial, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (3.929.162,89), equivalente a 1,55% das Provisões Matemáticas referentes a benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos reavaliadas na posição de 31/12/2020, conforme demonstrado a seguir:

CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
2.3.1.0.00.00.00	<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)</b>	310.121.694,90
2.3.1.1.00.00.00	<b>PROVISÕES MATEMATICAS</b>	314.050.857,79
2.3.1.1.01.00.00	<b>Benefícios Concedidos</b>	227.340.477,96
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	777.526,46
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	777.526,46
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	226.562.951,50
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	132.873.759,73
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	93.689.191,77
2.3.1.1.02.00.00	<b>Benefícios a Conceder</b>	86.710.379,83
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	59.370.916,09
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas- Parcela Patrocinador(ES)/Instituidores	11.447.439,80
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas- Parcela Participantes	47.923.476,29
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	26.377.576,67
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	26.377.576,67
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	961.887,07
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.537.836,98
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-575.949,91
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repart de Cap de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	<b>Provisões Matemáticas a Constituir</b>	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores (ES)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.00.00.00	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	-3.929.162,89
2.3.1.2.01.00.00	<b>Resultados Realizados</b>	-3.929.162,89
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-3.929.162,89
2.3.1.2.02.00.00	<b>Resultados a Realizar</b>	0,00

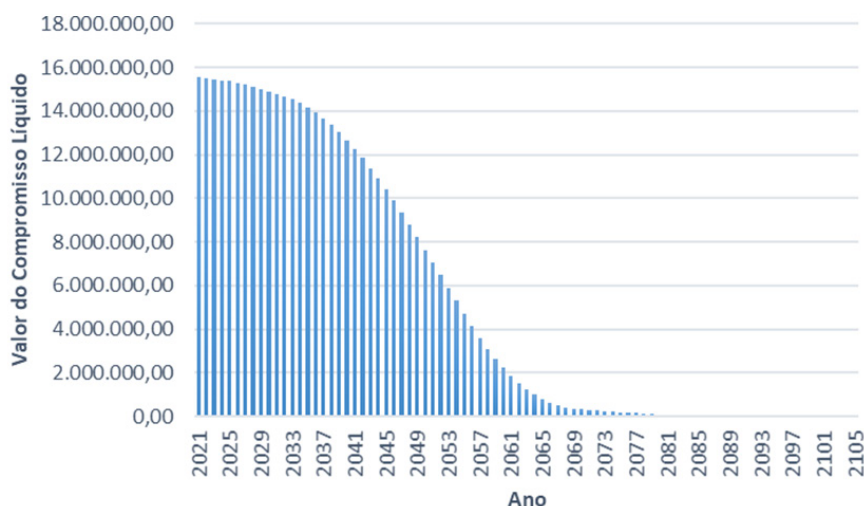
\* Os valores contábeis encaminhados para processamento da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2020 não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.



## 9.2. Resultados a valor futuro

### 9.2. Projeção do Passivo até a quitação do último compromisso pelo Plano

Foram projetados através de valores de fluxos probabilísticos de receitas e despesas previdenciárias o compromisso a valor futuro para fins de apuração da duração do passivo e ajuste de precificação. O compromisso a valor futuro apresentou o seguinte comportamento:



A previsão para quitação do último compromisso previdenciário com a atual massa de participantes do Plano é no ano 2105.

## 10. Variação das Provisões Matemáticas

A composição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2019 para o final do ano 2020, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2019	31/12/2020	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	175.433.423,02	227.340.477,96	29,59%
Provisão de Benefícios a Conceder	111.369.634,79	86.710.379,83	-22,14%
Provisão Matemática a Constituir- Serviço	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	286.803.057,81	314.050.857,79	9,50%

(valores em R\$)

As Provisões Matemáticas avaliadas em 31/12/2020, utilizando as hipóteses atuariais indicadas no item 4.1. deste Relatório de Avaliação Atuarial, com a base cadastral de 31/12/2020 (cujos valores monetários foram projetados no valor pico com previsão de reajuste para a data da Avaliação Atuarial), variaram em comparação com os valores contabilizados em 31/12/2019, considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, em sua maior parte pela provisão de reajustes dos benefícios do Plano, que são atrelados pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, que no ano de 2020 variou aproximadamente 23%, e em parte pelas alterações das alterações das hipóteses atuariais, que reduziram essas provisões matemáticas e além da evolução da base cadastral, fazendo com que as provisões matemáticas se elevassem aproximadamente 9,50% em relação aos valores contabilizados no encerramento de 2019.

## 11. Natureza do Resultado

O Plano encontra-se com resultado contábil deficitário no encerramento do exercício de 2020 no valor de R\$ (3.929.162,89), tendo em vista a provisão de reajustes dos benefícios feita pela IGP-M da FGV e as perdas financeiras ocasionadas pela crise econômica mundial vivenciada durante o ano de 2020 em decorrência da pandemia instaurada pelo coronavírus. E desta forma, a natureza do resultado apurado em 31/12/2020 no Plano pode ser considerada em parte como estrutural, considerando a provisão de reajustes aplicada e em parte como conjuntural, decorrente das

perdas financeiras.

Por meio do programa Venturo disponibilizado pela PREVIC foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, de forma a se apurar o equilíbrio técnico ajustado. Em 31/12/2020 o ajuste de precificação corresponde a R\$ 426.826,70. Levando-se em conta esse ajuste de precificação, o equilíbrio técnico ajustado foi calculado em R\$ (3.502.336,19), nos termos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30/2018, conforme a seguir:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valor
a) Resultado Realizado	R\$ (3.929.162,89)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (3.929.162,89)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 426.826,70
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ (3.502.336,19)

Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (3.502.336,19) equivale a 1,38% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de benefícios definidos reavaliadas em R\$ 253.902.415,24 na posição de 31/12/2020 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada em 12,16 anos, o Equilíbrio Técnico Ajustado é inferior ao limite de resultado deficitário que poderia ser mantido no Plano, calculado em  $1\% \times (\text{duração do passivo de } 12,16 \text{ anos} - 4)$  das provisões matemáticas, o que resulta em um limite de déficit de 8,16% dessas provisões, limite este que totaliza R\$ 20.718.437,08, e, que de acordo com a legislação em vigor, pode ser mantido no Plano. Registramos, em atendimento a legislação, por meio do Estudo Técnico para Verificação da Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano, realizado por Consultor Financeiro da EFPC ao longo do ano de 2020, foi verificada a capacidade financeira do Plano de carregar a posição alocada em títulos públicos federais indexados à inflação marcados na curva, até os seus respectivos vencimentos, tendo como princípio básico a satisfação simultaneamente das condições de solvência e liquidez intertemporal do Plano. Neste estudo se evidenciou que a taxa de reaplicação necessária para o equilíbrio do Plano não está sendo afetada pela distribuição temporal do fluxo destes títulos, em relação ao passivo, confirmando, desta forma, que até então existe capacidade financeira de manutenção na carteira dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, sem que o equilíbrio técnico ajustado apurado represente risco de liquidez no curto prazo.

## 12. Variação do Resultado apurado entre 2019 e 2020

O Plano passou de um resultado superavitário contábil em 31/12/2019 de R\$ 23.371.952,00 para um resultado deficitário contábil no encerramento do exercício de 2020 de R\$ (3.929.162,89), onde os principais reflexos para ocorrência do resultado deficitário da Avaliação Atuarial de 31/12/2019 para o de 31/12/2020 estão relacionadas as perdas financeiras apuradas ao longo de 2020 e ao provisionamento do reajuste dos benefícios concedidos pelo indexador IGP-M da FGV na avaliação atuarial de encerramento do ano de 2020, como podemos observar a seguir:

Referência	31/12/2019	31/12/2020	Varição
Superávit Técnico Acumulado	23.371.952,00	(3.929.162,89)	-116,81%
Reserva de Contingência	23.371.952,00	(3.929.162,89)	-116,81%
Reserva Especial	-	-	-

(em R\$)

## 13. Custos Avaliados

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (DA) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 7,52% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistentes, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	4,92%	4,93%
INVALIDEZ	0,61%	0,60%
PENSÃO POR MORTE	0,09%	0,11%
PECÚLIO POR MORTE*2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	5,62%	5,64%
ADMINISTRAÇÃO *3	1,00%	0,99%
SUB-TOTAL (2)	1,00%	0,99%
TOTAL (1)+(2)	6,62%	6,63%

\*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

\*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

\*3: Administração igual a 29,26% da Contribuição do Patrocinador ( $0,2926 \times 3,400\% = 0,99\%$ ), limitada a 15% do total das contribuições previdenciárias.

#### 14. Plano de Custeio

O custo total reavaliado de 6,63% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2021, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Referência	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	3,23%
Contribuição Normal do Patrocinador *2	3,40%
Sub-Total	6,63%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	6,63%
Contribuições Normais dos Assistidos	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

\*1: A destinação das contribuições do Patrocinador, cujo valor mensal, em conformidade com o plano de custeio, está fixado em 3,40% da folha do salário real de contribuição dos empregados participantes, deve continuar a observar a seguinte regra de rateio que está vigente até que uma reavaliação atuarial indique a necessidade de se ajustar tal rateio:

- 29,26% das contribuições do Patrocinador se destinam à cobertura dos gastos administrativos:  $[(15\% \times 6,63\% \div 3,40\%)]$ ;
- 20,74% das contribuições do Patrocinador se destinam ao Fundo de Risco destinado a dar cobertura aos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pecúlio por morte em atividade e pensão por morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez):  $[(0,60\% + 0,11\%) \div 3,400\%]$ ;
- 50,00% das contribuições do Patrocinador se destinam a reforçar o saldo das Reservas Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos:  $[(4,93\% - 3,23\%) \div 3,40\%]$ .

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 6,63% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2020, de 6,63% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2020.

Para o exercício de 2021, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes no exercício de 2020, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano:

## I – Contribuições previdenciárias:

Contribuição obrigatória mensal e contribuição voluntária, mensal ou esporádica, de cada participante não assistido, destinada a constituir parte da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, que servirá como base mínima de cálculo do valor do Benefício de Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição e por Idade e da respectiva conversão em Benefício de Pensão por Morte, sendo que a contribuição obrigatória mensal, de cada participante, está fixada em:

A% (A por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente à 50% (cinquenta por cento) do valor de 1(uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês; e

B%, (B por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição situada entre 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento) do maior valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês; e

C% (C por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição que excede à 100% (cem por cento) do valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês, sendo, inicialmente, os valores de A%, B% e C% fixados, respectivamente, em 1,00% (um por cento), 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) e 8,00% (oito por cento).

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2021 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

Este plano de custeio entra em vigor a partir do dia 1º de abril de 2021.

## 15. Rentabilidade

A rentabilidade líquida do ano de 2020, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2020, informada pela BASES, foi de 7,33%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 24,51%, corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2019 a novembro/2020, utilizando um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 4,09% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de -13,80% contra uma meta atuarial de 4,09% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

## 16. Principais Riscos Atuariais

Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, devem primar pela realização dos ajustes que se fizerem necessários. De todo modo, todas as hipóteses atuariais envolvidas no cálculo atuarial, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

Além dos riscos decorrentes da não realização das hipóteses atuariais conforme projetado, as EFPC estão sujeitas, principalmente, aos riscos de liquidez (descasamento de ativos x passivos), riscos operacionais e de manutenção de cadastro, que podem impactar de forma mais acentuada os modelos matemáticos utilizados nos cálculos e projeções atuariais, os quais devem ser constantemente analisados no âmbito da EFPC, inclusive considerando que o valor de ajuste de precificação foi apurado em valor negativo.

Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente à diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial do exercício e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às con-

tribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas. Tal Provisão, que já está incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas nesta avaliação atuarial de 31/12/2020, considerando a taxa real de juros/desconto de 4,09% ao ano e as Tábuas de Mortalidade, Geral “qx da AT-2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%” e de Inválidos  $q_x = q_x$  da AT-83 (masculina)”, assumiu em 31/12/2020 o valor de R\$ 24.211.438,51.

### **17. Soluções para o Equacionamento do Déficit**

Apesar do déficit técnico apurado estar dentro do limite aceitável de manutenção de desequilíbrio, conforme estabelecido pela legislação vigente, sabendo inclusive que estamos vivenciando uma crise financeira global não vivida por gerações, decorrente principalmente pela Pandemia instaurada pelo Coronavírus, que refletiram em perdas financeiras globais ao longo do ano de 2020, com reflexos na rentabilidade do Plano, recomenda-se no tempo adequado, no caso de haver situações de déficit que venham a ocorrer constantemente, que sejam tomadas ações efetivas por parte dos Órgão de Governança da Entidade. Para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, continuaremos realizando o acompanhamento dos resultados das Avaliações Atuariais e das necessidades do Plano de forma a promover os ajustes que venham a ser necessários ao custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções, caso haja necessidade, que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assistentes e da Patrocinadora, sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.

### **18. Despesas Administrativas**

15% das Contribuições Normais dos Participantes Não Assistentes, dos Assistentes (Aposentados) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

### **19. Conclusão**

Na qualidade de atuários habilitados e legalmente responsáveis pela avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2020 do Plano Misto administrado pela Fundação BASES, atestamos que ele se encontra deficitário. Porém dentro do limite aceitável de manutenção de desequilíbrio de acordo com a legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2021.

Gabriel Pimentel Sátyro

Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello

Atuário MIBA 426

# Balanco Patrimonial Consolidado

valores em R\$ mil

ATIVO	NE	Exercício 2020	Exercício 2019	PASSIVO	NE	Exercício 2020	Exercício 2019
<b>DISPONÍVEL</b>	(5)	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		<b>2.666</b>	<b>3.566</b>
				Gestão Previdencial	(10)	1.790	2.642
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>967.314</b>	<b>979.884</b>	Gestão Administrativa	(11)	875	924
Gestão Previdencial	(6)	9.859	9.564	Investimentos	(12)	1	0
Gestão Administrativa	(7)	150	827				
Investimentos	(8)	957.305	969.493	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>		<b>5.002</b>	<b>5.002</b>
Fundos de Investimento		898.195	912.007	Gestão Previdencial	(13)	5.002	5.002
Investimentos Imobiliários		48.660	45.450				
Empréstimos		10.450	12.036	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	(14)	<b>961.016</b>	<b>972.627</b>
				<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>		<b>942.800</b>	<b>952.623</b>
				Provisões Matemáticas		942.299	918.831
				Benefícios Concedidos		841.712	785.281
				Benefícios a Conceder		100.587	133.550
<b>PERMANENTE</b>		<b>1.370</b>	<b>1.311</b>	Equilíbrio Técnico		501	33.792
Imobilizado	(9)	1.370	1.311	Resultados Realizados		501	33.792
				Superávit Técnico Acumulado		501	33.792
				<b>Fundos</b>		<b>18.216</b>	<b>20.004</b>
				Fundos Administrativos		15.276	17.705
				Fundos dos Investimentos		2.940	2.299
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>968.684</b>	<b>981.195</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>968.684</b>	<b>981.195</b>

As Notas Explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>640.973</b>	<b>652.028</b>	<b>(1,70)</b>
Recebível	11.162	11.725	(4,80)
Investimento	629.811	640.303	(1,64)
Fundos de Investimento	574.682	587.378	(2,16)
Investimentos Imobiliários	48.660	45.450	7,06
Empréstimos	6.469	7.475	(13,46)
<b>2. Obrigações</b>	<b>2.633</b>	<b>3.014</b>	<b>(12,64)</b>
Operacional	435	816	(46,69)
Contingencial	2.198	2.198	0,00
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>5.661</b>	<b>6.566</b>	<b>(13,78)</b>
Fundos Administrativos	5.524	6.402	(13,71)
Fundos dos Investimentos	137	164	(16,46)
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>632.679</b>	<b>642.448</b>	<b>(1,52)</b>
Provisões Matemáticas	628.249	632.028	(0,60)
Superávit/Déficit Técnico	4.430	10.420	(57,49)
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	4.430	10.420	(57,49)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(7.129)	(7.269)	(1,93)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(2.699)	3.151	(185,66)

## Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>326.836</b>	<b>328.243</b>	<b>(0,43)</b>
Recebível	312.863	312.698	0,05
Investimento	308.882	308.137	0,24
Fundos de Investimento	3.981	4.561	(12,72)
Empréstimos	4.561	4.646	(10,15)
<b>2. Obrigações</b>	<b>4.160</b>	<b>4.630</b>	<b>(10,15)</b>
Operacional	1.356	1.826	(25,74)
Contingencial	2.804	2.804	0,00
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>12.554</b>	<b>13.438</b>	<b>(6,58)</b>
Fundos Administrativos	9.752	11.303	(13,72)
Fundos de Investimentos	2.802	2.135	31,24
<b>5. Ativos Líquidos (1-2-3)</b>	<b>310.122</b>	<b>310.175</b>	<b>(0,02)</b>
Provisões Matemáticas	314.051	286.803	9,50
Superávit/Déficit Técnico	(3.929)	23.372	(116,81)
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	(3.929)	23.372	(116,81)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	427	486	(12,14)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(3.502)	23.858	(114,68)

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2020	Exercício 2019	Vari�o (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>972.627</b>	<b>954.905</b>	<b>1,86</b>
<b>1. Adi�oes</b>	<b>147.890</b>	<b>100.094</b>	<b>47,75</b>
(+) Contribui�es Previdenciais	7.525	5.250	43,33
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	137.967	88.376	56,11
(+) Receitas Administrativas	1.448	4.975	(70,89)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	366	909	(59,74)
(+) Constitui�o de Fundo de Investimentos	584	584	0,00
<b>2. Destina�es</b>	<b>(131.089)</b>	<b>(82.372)</b>	<b>59,14</b>
(-) Benefícios	(79.284)	(77.057)	2,89
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(47.562)	0	
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	(886)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(4.243)	(4.429)	(4,20)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>16.801</b>	<b>17.722</b>	<b>(5,20)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	23.469	6.162	280,87
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(33.291)	(9.521)	249,66
(+/-) Fundos Administrativos	(2.429)	1.455	(266,94)
(+/-) Fundos dos Investimentos	640	584	9,59
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>989.428</b>	<b>972.627</b>	<b>1,73</b>

# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

## Plano Básico

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2020	Exercício 2019	Variacão (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>642.446</b>	<b>634.801</b>	<b>1,20</b>
<b>1. Adi�o es</b>	<b>83.000</b>	<b>63.886</b>	<b>29,92</b>
(+) Contribui�o es	3.729	3.796	(1,77)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	79.271	58.696	35,05
Reversão de Contingências- Gestão Previdencial	0	1.394	0,00
<b>2. Destina�o es</b>	<b>(92.769)</b>	<b>(56.241)</b>	<b>64,95</b>
(-) Benefícios	(58.097)	(55.683)	4,34
(-) Constitui�o L�quida de Conting�ncias- Gestão Previdencial	(34.115)	-	-
(-) Custeio Administrativo	(557)	(558)	-0,18
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>(9.769)</b>	<b>7.645</b>	<b>(227,78)</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	(3.779)	4.428	(185,34)
(+/-) Superávit/D�ficit T�cnico do Exercício	(5.990)	12.074	(149,61)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>632.677</b>	<b>642.446</b>	<b>(1,52)</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>5.661</b>	<b>6.566</b>	<b>(13,78)</b>
(+/-) Fundos Administrativos	5.524	6.402	(13,71)
(+/-) Fundos dos Investimentos	137	164	(16,46)

## Plano Misto

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2020	Exercício 2019	Variac�o (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>310.178</b>	<b>302.139</b>	<b>2,66</b>
<b>1. Adi�o es</b>	<b>34.941</b>	<b>32.045</b>	<b>9,04</b>
(+) Contribui�o es	2.451	2.365	3,64
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	32.490	29.680	9,47
<b>2. Destina�o es</b>	<b>(34.994)</b>	<b>(24.006)</b>	<b>45,77</b>
(-) Benefícios	(21.187)	(21.374)	(0,87)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	(13.447)	-	-
(-) Constitui�o de Conting�ncias	0	(2.279)	100,00
(-) Custeio Administrativo	(360)	(353)	1,98
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>(53)</b>	<b>8.039</b>	<b>(100,66)</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	27.248	(10.590)	(357,30)
(+/-) Superávit/D�ficit T�cnico do Exercício	(27.301)	(2.553)	969,37
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>310.125</b>	<b>310.178</b>	<b>(0,02)</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>12.554</b>	<b>13.438</b>	<b>(6,58)</b>
(+/-) Fundos Administrativos	9.752	11.303	(13,72)
(+/-) Fundos dos Investimentos	2.802	2.135	31,24



# Demonstração das Provisões Técnicas por Plano

## Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>635.449</b>	<b>645.626</b>	<b>(1,58)</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>628.249</b>	<b>632.028</b>	<b>(0,60)</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>614.372</b>	<b>609.848</b>	<b>0,74</b>
Benefício Definido	614.372	609.848	0,74
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>13.877</b>	<b>22.180</b>	<b>(37,43)</b>
Benefício Definido	13.877	22.180	(37,43)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>4.430</b>	<b>10.420</b>	<b>(57,49)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>4.430</b>	<b>10.420</b>	<b>(57,49)</b>
Superávit Técnico Acumulado	4.430	10.420	0,00
Reserva de Contingência	4.430	10.420	0,00
<b>3. Fundos</b>	<b>137</b>	<b>164</b>	<b>(16,46)</b>
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	137	164	(16,46)
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>435</b>	<b>816</b>	<b>(46,69)</b>
4.1. Gestão Previdencial	435	816	(46,69)
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>2.198</b>	<b>2.198</b>	<b>0,00</b>
5.1. Gestão Previdencial	2.198	2.198	0,00

## Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>317.084</b>	<b>316.940</b>	<b>0,05</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>314.051</b>	<b>286.803</b>	<b>9,50</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>227.340</b>	<b>175.433</b>	<b>29,59</b>
Benefício Definido	227.340	175.433	29,59
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>86.711</b>	<b>111.370</b>	<b>(22,14)</b>
Contribuição Definida	59.371	68.904	(13,84)
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	11.447	13.037	(12,20)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	47.924	55.867	(14,22)
Benefício Definido	27.340	42.466	(35,62)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(3.929)</b>	<b>23.372</b>	<b>(116,81)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(3.929)</b>	<b>23.372</b>	<b>(116,81)</b>
Superávit Técnico Acumulado	0	23.372	(100,00)
Reserva de Contingência	0	23.372	(100,00)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(3.929)	0	
<b>3. Fundos</b>	<b>2.802</b>	<b>2.135</b>	<b>31,24</b>
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	2.802	2.135	31,24
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>1.356</b>	<b>1.826</b>	<b>(25,74)</b>
4.1. Gestão Previdencial	1.355	1.826	(25,79)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	0	100,00
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>2.804</b>	<b>2.804</b>	<b>0,00</b>
5.1. Gestão Previdencial	2.804	2.804	0,00

## Demonstração Plano de Gestão Administrativa - PGA

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>17.705</b>	<b>16.250</b>	<b>8,95</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>1.814</b>	<b>5.884</b>	<b>(69,17)</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>1.814</b>	<b>5.884</b>	<b>(69,17)</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	917	911	0,66
Custeio Administrativo dos Investimentos	338	3.949	(91,44)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	78	115	(32,17)
Resultado Positivo dos Investimentos PGA	366	909	(59,74)
Outras Receitas	115	0	0,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(4.243)</b>	<b>(4.429)</b>	<b>(4,20)</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>(2.770)</b>	<b>(2.880)</b>	<b>(3,82)</b>
Pessoal e Encargos	(1.775)	(1.716)	3,44
Treinamento/congressos e seminários	(32)	(109)	(70,64)
Viagens e estadias	0	(16)	(100,00)
Serviços de terceiros	(630)	(538)	17,10
Despesas gerais	(158)	(217)	(27,19)
Depreciações e amortizações	(60)	(56)	7,14
Tributos	(115)	(228)	(49,56)
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(1.549)</b>	<b>(4,91)</b>
Pessoal e encargos	(934)	(886)	5,42
Treinamento/congressos e seminários	(21)	(72)	(70,83)
Viagens e estadias	(1)	(11)	(90,91)
Serviços de terceiros	(289)	(246)	17,48
Despesas gerais	(111)	(145)	(23,45)
Depreciações e amortizações	(40)	(37)	8,11
Tributos	(77)	(152)	(49,34)
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>-2.429</b>	<b>1.455</b>	<b>(266,94)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>-2.429</b>	<b>1.455</b>	<b>(266,94)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>15.276</b>	<b>17.705</b>	<b>(13,72)</b>

## Demonstração das Despesas Administrativas

Descrição	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>2.708.540,08</b>	<b>2.474.716,68</b>	<b>9,60</b>
Pessoal Próprio	2.708.540,08	2.474.716,68	6,75
Pessoal Cedido	0	0	0
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>0</b>	<b>1.534.061,72</b>	<b>106,11</b>
Consultoria Atuarial	212.443,84	162.417,20	3,57
Consultoria Jurídica	338.299,06	959.912,79	249,99
Recursos Humanos	0	40.250,13	43,29
Informática	288.438,42	290.816,27	22,51
Consultoria Contábil	27.490,24	29.388,00	13,07
Consultoria de Investimentos	29.861,99	51.277,33	135,58

# Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

**FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**  
 (Valores em milhares de Reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANEDE, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar – SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários o Kirton Bank S/A, Banco Múltiplo, através da incorporação do Banco Alvorada S/A, em 30/04/2019, a Ágora Corretora de Seguros S/A, através da mudança da razão social da BANEDE Corretora de Seguros S/A, em 06/08/2019 e a Fundação BANEDE de Seguridade Social – BASES de acordo com os respectivos Termos de Aditivos e Convênio de Adesão.

## 2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

A BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) Plano Básico: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no artigo 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998.

b) Plano Misto: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2020, a BASES possui um total de 1.839 participantes (1.886 em 2019), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

PARTICIPANTES	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	QUANTIDADE		QUANTIDADE		QUANTIDADE	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
ATIVO	42	45	222	272	264	317
AUTOPATROCINADOS	0	1	4	10	4	11
ASSISTIDOS	1.174	1.881	397	377	1.571	1.558
<b>TOTAL</b>	<b>1.216</b>	<b>1.227</b>	<b>623</b>	<b>659</b>	<b>1.839</b>	<b>1.886</b>

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer

ao disposto da Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O Plano da Gestão Administrativa- PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, a qual foi revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

### **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 alterada pela Resolução CNPC nº 29, Instrução PREVIC nº 08, de 14 de novembro de 2018 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, quanto ao programa de gestão administrativa encontra-se de forma consolidado.

#### **Demonstrações Contábeis**

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução PREVIC nº 08 de, 14 de novembro de 2018 e a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, são apresentadas de forma consolidada o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativos aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, conforme detalhado abaixo:

#### **3.1 – Balanço Patrimonial**

Apresenta os valores correspondentes à soma dos eventos patrimoniais das Gestões Previdencial, Administrativa e do Fluxo de Investimentos, que consolidam as informações referentes aos respectivos planos de benefícios. Nesta demonstração, estão eliminadas as operações a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) registradas exclusivamente entre os planos de benefícios da Fundação, no sentido de evidenciar os saldos patrimoniais sem a interferência daqueles que se anulam entre contas correspondentes no Ativo e no Passivo.

#### **3.2 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS**

Elaborada de forma consolidada. A DMPS apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Patrimônio Social do conjunto de planos administrados pela entidade.

#### **3.3 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA**

Elaborada de forma consolidada. A DPGA apresenta os eventos econômicos (Receitas e Despesas) que resultam no Acréscimo ou Decréscimo no fundo patrimonial da Gestão Administrativa. A apresentação desta demonstração por plano de benefícios é facultativa.

#### **3.4 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL**

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição do Ativo Líquido de cada plano. Nesta demonstração constam ainda informações complementares correspondentes à Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, vide Nota Explicativa nº 7, item b).

#### **3.5 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL**

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários. A DMAL apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Ativo Líquido (Patrimônio de Cobertura do Plano).

#### **3.6 – Demonstração das Provisões Técnicas – DPT**

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição de todos os eventos que formam as Provisões Técnicas dos planos de benefícios.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

##### a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

##### b) Gestão dos recursos administrativos

###### b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº29, de 13 de abril de 2018, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

###### b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado pelos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

###### b.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, exclusivamente para despesas de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34,

de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA - Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

As despesas administrativas comuns são rateadas proporcionalmente ao número de planos de benefícios administrados pela BASES, exceto quanto às despesas administrativas vinculadas aos investimentos, que são rateadas proporcionalmente ao patrimônio de cada plano de benefícios.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

##### c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

##### d) Realizável

- **Gestão Previdencial:** O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

- **Gestão Administrativa:** O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Investimentos:** Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos- realizável segundo as duas categorias a saber:

- **Títulos para negociação:** títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta especí-

fica no resultado do exercício.

**- Títulos mantidos até o vencimento:** títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

**- Renda Fixa:** As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata dia" até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

**- Ações:** Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

**- Investimentos Imobiliários:** Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

**- Empréstimos:** Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

#### **e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa**

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

#### **f) Ativo Permanente**

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

#### **g) Exigível Operacional**

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

#### **h) Exigível Contingencial**

Representado por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade e na avaliação da Administração.

#### **i) Patrimônio Social**

##### **i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano**

##### **- Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

##### **Benefícios concedidos**

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade

para com os participantes assistidos.

### Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

#### - Equilíbrio Técnico

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii)  $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$ .

A Entidade apurou em 2020 a duration do passivo do Plano Básico em 8,59 anos (8,85 anos- 2019) e do Plano Misto em 12,16 anos (12,39 anos- 2019). Desta forma, em 2020, o limite para destinação à constituição da reserva de contingências seria de 18,59% (18,85%- 2019) para o Plano Básico e 0% (22,39%- 2019) para o Plano Misto. Para o plano básico a totalidade do resultado superavitário alocado foi inferior ao limite e, desta forma, nenhum valor foi alocado à reserva especial para revisão do plano e, para o plano misto, o resultado deficitário encontra-se dentro do limite estabelecido e não será necessário seu equacionamento em 2021.

## i.2) Fundos

### - Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

### - Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

### - Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

## 5. DISPONÍVEL

Representa os valores disponíveis em contas bancárias com liquidez imediata.

PLANO MISTO	2020	2019
BRDESCO	0	0
TOTAL	0	0

## 6. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2020	2019
<b>Plano Básico</b>		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	12	15
Depósitos Judiciais/Recursais	5.627	5.307
<b>Total Plano Básico</b>	5.639	5.322
<b>Plano Misto</b>		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	83	106
Custeio administrativo antecipado	19	18
Depósitos Judiciais/Recursais*	4.118	4.118
<b>Total Plano Misto</b>	4.220	4.242
<b>Total Realizável da Gestão Previdencial</b>	9.859	9.564

## 7. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2020	2019
Contas a receber		
. Responsabilidade de Empregados	0	9
. Responsabilidade de Terceiros	2	0
Custeio PGA	148	818
<b>Total Realizável do PGA</b>	<b>150</b>	<b>827</b>

## 8. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e estão assim distribuídos:

	2020	2019
<b>Plano Básico</b>		
. Fundos de Investimentos	-	-
Multimercado	574.682	587.378
. Investimentos Imobiliários	48.660	45.450
. Empréstimos	6.469	7.475
Total do Plano Básico	629.811	640.303
<b>Plano Misto</b>		
. Fundos de Investimentos	308.882	308.137
. Empréstimos	3.981	4.561
Total do Plano Misto	312.863	312.698
<b>Plano de Gestão Administrativa - PGA</b>		
. Fundos de Investimentos	14.631	16.492
Total do Plano de Gestão Administrativa	14.631	16.492
Total de Investimentos	957.305	969.493

Administração e custódia dos investimentos – Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária e Custódia da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados- CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM – Asset Liability Management, a Entidade manteve, em 2019, aplicações financeiras em títulos classificadas como títulos mantidos até o vencimento, que correspondem a 69,69% (70,93% - 2019), e classificadas como para negociação, que correspondem a 30,31% (29,07% - 2019). Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos. Como não tínhamos uma clareza nos mercados sobre a dimensão da força da pandemia pelo Covid-19 na economia mundial e doméstica (Brasil), não realizamos ALM em 2020.



## a) Certificados Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

Descrição	Custo	Vencimento			2020	2019
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
<b>PLANO BÁSICO</b>						
<b>Fundos de Investimento</b>						
Fundos - RV	93.188.705	93.188.705	0	0	93.144.358	83.761.444
LFS/LFSN	0	0	0	0	0	22.788.990
LTN-O	31.350.555	31.350.555	0	0	31.350.555	25.658.977
NTN-B	296.198.535	0	5.612.614	442.078.864	447.691.478	450.130.808
NTN-C	0	0	0	2.495.304	2.495.304	2.186.953
NTN-O	0	0	0	0	0	2.851.220
<b>Total do Plano Básico</b>	<b>420.737.795</b>	<b>124.539.260</b>	<b>5.612.614</b>	<b>444.574.168</b>	<b>574.681.695</b>	<b>587.378.392</b>

Descrição	Custo	Vencimento			2020	2019
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
<b>PLANO MISTO</b>						
<b>Fundos de Investimento</b>						
Fundos - RV	34.583.253	34.583.253	0	0	34.557.344	43.950.845
LFS/LFSN	1.800.000	0	3.045.122,30	0	3.045.122	12.385.321
LFT-O	0	0	0	0	0	238.772
LTN-O	40.754.493	40.754.493	0	0	40.754.493	0
NTN-B	153.503.786	0	16.652.578,61	212.804.349,08	229.456.928	250.465.070
NTN-C	1.068.165	0	0	1.068.165,29	1.068.165	936.169
NTN-O	0	0	0	0	0	160.515
<b>Total do Plano Misto</b>	<b>231.709.697</b>	<b>75.337.746</b>	<b>19.697.701</b>	<b>213.872.514</b>	<b>308.882.053</b>	<b>308.136.692</b>
<b>Total dos Planos Previdenciais</b>	<b>652.447.493</b>	<b>199.877.006</b>	<b>25.310.315</b>	<b>658.446.683</b>	<b>883.563.748</b>	<b>895.515.084</b>

Descrição	Custo	Vencimento			2020	2019
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
<b>PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>						
Bradesco F. I. REF DI FED EXTRA	11.870.721	11.870.721	0	0	11.870.721	13.781.259
Bradesco F.I. RF CRED PRIV Top Bancos	0	0	0	0	0	2.710.351
Bradesco F.I. RF REF DI PREMIUM	2.760.085	2.760.085	0	0	2.760.085	2.710.351
<b>Total do PGA</b>	<b>14.630.806</b>	<b>14.630.806</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14.630.806</b>	<b>16.491.610</b>
<b>Total dos Títulos</b>	<b>667.078.298</b>	<b>214.507.812</b>	<b>25.310.315</b>	<b>658.446.683</b>	<b>898.194.554</b>	<b>912.006.693</b>

## b) Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19/11/2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19 de 04/02/2015, revogada pela Instrução PREVIC nº 10 de 30/11/2018, a Entidade estabeleceu em 2020 o Ajuste de Precificação dos Ativos como procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, que corresponde à diferença entre o valor contábil desses títulos e o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculado considerando a taxa de juros real anual na respectiva avaliação atuarial, Plano Básico (5,00%) e o Plano Misto (4,09%) e a duration do passivo, do Plano Básico em 8,59 anos ( 8,85 anos- 2019) e do Plano Misto em 12,16 anos (12,39 anos- 2019). Para o Plano Básico, o valor apurado da precificação dos ativos em 2020 (negativo) de R\$7.129 (- R\$7.269 / 2019), para o Plano Misto, o valor apurado em 2020 (positivo) da precificação dos ativos foi de R\$427 (R\$486 / 2019), estão apresentados nas "Informações Complementares" do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios conforme quadros abaixo:

Bradesco FI Multimercado FEB BD - Plano Básico						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	51	154	230	-25	205
NTN-B	15/08/2022	1.610	4.068	5.613	100	5.712
NTN-B	15/08/2050	1.780	5.404	8.261	-1.105	7.156
NTN-B	15/08/2030	22.379	61.546	90.094	-6.099	83.996
<b>Total</b>		<b>27.427</b>	<b>75.241</b>	<b>104.197</b>	<b>-7.129</b>	<b>97.069</b>

Bradesco FI Multimercado FEB II CD - Plano Misto I						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	61	184	275	6	281
NTN-B	15/08/2022	780	1.971	2.719	86	2.805
NTN-B	15/08/2050	1.005	3.030	4.524	97	4.622
NTN-B	15/08/2050	1.120	3.400	4.524	-47	4.477
NTN-B	15/08/2040	4.480	12.789	5.198	193	5.391
NTN-B	15/08/2030	6.056	16.655	19.337	-133	19.204
NTN-B	15/08/2030	7.030	19.334	24.380	-154	24.226
NTN-B	15/08/2040	8.779	25.061	28.302	379	28.680
<b>Total</b>		<b>30.089</b>	<b>84.394</b>	<b>89.259</b>	<b>427</b>	<b>89.686</b>

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

#### c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens, e estão assim distribuídos:

Plano Básico	2020	2019
<b>Alugueis e Rendas</b>		
. Locados a Patrocinador	26.521	24.679
. Locados a Terceiros	17.893	17.325
. Alugueis a Receber	260	33
<b>Rendas de Participações</b>		
. Shopping Center	3.986	3.413
<b>Total de Investimentos Imobiliários</b>	<b>48.660</b>	<b>45.450</b>

De acordo com a legislação vigente, em junho/2020, foram procedidas as reavaliações dos imóveis pertencentes à Carteira de Investimentos Imobiliários do Plano Básico e PGA, com exceção dos imóveis Serra da Raiz 9º andar e Suarez Trade Salas 2201/2202 que foram reavaliados em março e abril, respectivamente elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. O resultado da reavaliação foi registrado em julho de 2020. Demonstramos no quadro a seguir os efeitos das reavaliações:

Imóveis	Vida útil	Valor contábil		
		Antes da reavaliação	Reavaliação	Resultado
<b>Locados ao Patrocinador</b>	<b>Remanescente</b>			
Barreiras	40 anos	4.393	5.140	747
Campo Grande	40 anos	4.971	5.500	529
Centro Empresarial Iguatemi	42 anos	3.084	3.290	206
Juazeiro	40 anos	4.590	5.000	410
Pituba	40 anos	6.044	6.380	336
Santo Estevão	50 anos	1.440	1.460	20
<b>Subtotais</b>		<b>24.522</b>	<b>26.770</b>	<b>2.248</b>

Imóveis	Vida útil	Valor contábil		
		Remanescente	Antes da reavaliação	Reavaliação
<b>Locados a terceiros</b>				
Barra	42 anos	3.405	3.640	235
Suarez Trade s/2201 e 2202	43 anos	3.414	3.680	266
Centro Emp. Farol da Barra	40 anos	2.354	2.480	126
Shopping Center Sumaré	43 anos	1.377	1.510	133
Ed. Garagem Park Center	40 anos	6.182	6.300	118
Loja Park Center	40 anos	451	470	19
<b>Subtotais</b>		<b>17.183</b>	<b>18.080</b>	<b>897</b>

Participações	Vida útil	Valor contábil		
		Remanescente	Antes da reavaliação	Reavaliação
<b>Locados a terceiros</b>				
Shopping Center Lapa	40 anos	3.375	4.040	665
<b>Subtotais</b>		<b>3.375</b>	<b>4.040</b>	<b>665</b>

## 9. PERMANENTE (PGA)

PERMANENTE (PGA)	2020	2019
<b>Bens Móveis</b>		
Móveis e Utensílios	71	91
Máquinas e Equipamentos	98	85
Equipamentos de Informática	31	30
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	0	1
Software	19	29
Sistema de Segurança	3	4
<b>Total de bens móveis</b>	<b>222</b>	<b>240</b>
<b>Bens Imóveis</b>		
Imóvel de Uso Próprio	1.148	1.071
<b>Total de bens imóveis</b>	<b>1.148</b>	<b>1.071</b>
<b>Total do Permanente</b>	<b>1.370</b>	<b>1.311</b>

De acordo com a legislação vigente, em março de 2020, foi procedida a reavaliação do imóvel pertencente ao PGA, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. O registro contábil da reavaliação foi realizado em julho de 2020. Demonstramos no quadro o efeito da reavaliação:

Imóveis	Vida útil	Valor contábil		
		Remanescente	Antes da reavaliação	Reavaliação
<b>De uso próprio</b>				
Ed. Serra da Raiz, 9º andar	40 anos	1.059	1.170	111
<b>Subtotais</b>		<b>1.059</b>	<b>1.170</b>	<b>111</b>

## 10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

Planos	2020	2019
<b>Plano Básico</b>		
Benefícios a pagar	171	145
Retenções a recolher	165	140
Outras exigibilidades	99	531
<b>Total do Plano Básico</b>	<b>435</b>	<b>816</b>

Planos	2020	2019
<b>Plano Misto</b>		
Benefícios a pagar	1.151	1.212
Retenções a recolher	155	327
Outras exigibilidades	49	287
<b>Total do Plano Misto</b>	<b>1.355</b>	<b>1.826</b>
<b>Total Exigível Operacional Gestão Previdencial</b>	<b>1.79</b>	<b>2.642</b>

### 11. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2020	2019
<b>Despesas de pessoal</b>	<b>741</b>	<b>743</b>
Retenções a recolher	65	102
Fornecedor	41	61
Outros	28	18
<b>Total do Exigível Operacional Gestão Administrativa</b>	<b>875</b>	<b>924</b>

### 12. EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

	2020	2019
<b>Plano Misto</b>		
Empréstimos	1	0
<b>Total do Plano Misto</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Total Exigível Operacional - Investimentos</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

### 13. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

	2020	2019
<b>Plano Básico</b>		
Provisão		
Benefícios previdenciários (b)	1.468	1.468
Expurgos Inflacionários	556	556
Outos	174	174
<b>Total do Plano Básico</b>	<b>2.198</b>	<b>2.198</b>
<b>Plano Misto</b>		
Provisão		
Benefícios previdenciários (b)	76	76
Expurgos Inflacionários	2.728	2.728
<b>Total do Plano Misto</b>	<b>2.804</b>	<b>2.804</b>
<b>Total Exigível Contingencial da Gestão Previdencial</b>	<b>5.002</b>	<b>5.002</b>

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentado na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

#### (a) Provisões benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos, restituição de valores históricos descontados, expurgos inflacionários, etc. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

#### (b) Expurgos inflacionários

Ações movidas por ex-participantes, pleiteando a diferença na atualização dos saldos das reservas de poupanças resgatadas, refe-

rentes aos planos econômicos, (Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

## 14. PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

### 14.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”.

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii)  $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$ .

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

Plano Básico	2020	2019
<b>Provisões Matemáticas</b>		
Benefícios concedidos	614.372	609.848
Benefícios a conceder	13.877	22.180
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>628.249</b>	<b>632.028</b>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>	4.430	10.420
Reserva de Contingência	4.430	10.420
Superávit Técnico	4.430	10.420
	<b>4.430</b>	<b>10.420</b>
<b>Fundos</b>		
Fundo de Investimentos	137	164
	<b>137</b>	<b>164</b>
<b>Total do Plano Básico</b>	<b>632.816</b>	<b>642.612</b>
<b>Plano Misto</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>		
Benefícios concedidos	227.340	175.433
Benefícios a conceder		
Contribuição Definida		
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	11.447	13.037
Saldo de contas - Parcela Participantes	47.924	55.867
Benefício Definido	27.340	42.466
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>314.051</b>	<b>286.803</b>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>		
Reserva de Contingência	0	23.372
	<b>(3.929)</b>	<b>23.372</b>
<b>Fundos</b>		
Fundo de Investimentos	2.802	2.135
	<b>2.802</b>	<b>2.135</b>
<b>Total do Plano Misto</b>	<b>312.924</b>	<b>312.310</b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>		
<b>Fundos</b>		
Fundo Administrativo	15,276	17.705
<b>Total do PGA</b>	<b>15,276</b>	<b>17.705</b>
<b>Total do Patrimônio Social</b>	<b>961.016</b>	<b>972.627</b>

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2020 e 2019:

Plano Básico	2020	2019
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Light Forte agravada 5%
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	0%	1,83%
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Crescimento Real do SRB	3,00%	3,00%

Plano Misto	2020	2019
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Light Forte agravada 5%
Taxa de juros anual	4,09%	4,09%
Nível de inflação anual	IGPM	IGPM
Crescimento salarial	0	1%
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83

O Conselho Deliberativo em reuniões ocorridas em 23/12/2020 e 18/01/2021, conforme Atas 347 e 348, respaldada por estudo de aderência realizado durante o exercício de 2020, definiram as premissas e hipóteses atuariais adotadas.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% para o Plano Misto e 3,00% para o Plano Básico, sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

## 15. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e instalações do seu imóvel sede por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

## 17. OUTRAS INFORMAÇÕES

### Desempenho dos Planos de benefícios administrados pela Bases em 2020

Os investimentos consolidados fecharam o ano de 2020 em R\$ 952 milhões, os ativos estavam distribuídos da seguinte forma: Renda Fixa 92,85% equivalente a R\$884 milhões; Imóveis 5,09% equivalente a R\$ 48 milhões e Empréstimos a Participantes 2,06% equivalente a R\$20 milhões.

Do total consolidado dos investimentos, 33,53%, ou seja, R\$ 319 milhões correspondem ao Plano Misto. Já o Plano Básico corresponde a 66,47%, ou seja, R\$ 633 milhões do total dos Investimentos

### Rentabilidade e resultado 2020

O Plano Básico encerrou 2020 com uma rentabilidade de 7,87% contra uma TMA de 10,72%, ficando abaixo em 2,57%. O resultado

do Plano se dá, principalmente pelo impacto da pandemia no mercado financeiro.

Já o Plano Misto I encerrou 2020 com uma rentabilidade de 7,33% contra uma TMA IGP- M+4,75%aa de 28,18%, ficando abaixo em 16,26%. O resultado do Plano Misto se dá, além do impacto da pandemia no mercado financeiro, pela pressão no IGP-M, 23,14% em 2020, o índice do plano sofre influência do dólar e de produtos primários, como as commodities e metais.

Com relação ao resultado dos Planos de Benefícios da BASES, O Plano Básico iniciou 2020 com um equilíbrio técnico acumulado positivo de R\$10.419.879,87, encerrou 2020 com um resultado positivo de R\$4.430.511,50, resultado em função da recuperação dos mercados a partir de abril/2020 e acompanhamento das necessidades do plano de forma a promover, no tempo adequado, os ajustes e atualizações de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente do seu equilíbrio econômico e financeiro.

Com relação ao Plano Misto, o mesmo iniciou 2020 com um equilíbrio técnico acumulado de R\$23.371.952,00, encerrou o ano com um resultado negativo de R\$3.929.162,89. Como dito acima, o resultado do Plano Misto se dá, além do impacto da pandemia no mercado financeiro, pela pressão no IGP-M, o índice do plano sofre influência do dólar e de produtos primários, como as commodities e metais, e ainda, o IGP-M atualiza as provisões matemáticas e acumulou alta de 23,14% em 2020.

A BRAM – Bradesco Asset Management, parceira e gestora dos fundos exclusivos da BASES, com o objetivo de auxiliar seus clientes sobre os desafios e perspectivas para 2021, abordou nos seu “Relatório Retrospectiva e Perspectivas 2020 e 2021, diversos aspectos relacionados ao cenário macroeconômico e de investimentos. A BRAM acredita que 2021 será um ano mais propício ao aumento de risco dos portfólios. A BRAM, em resumo, fala que a característica da crise atual, dependente do comportamento pouco previsível de epidemias, traz uma incerteza atípica para a elaboração de cenários. Informa que há boas perspectivas para o fim da epidemia em 2021, com diferenças relevantes entre os países. E diz também que, a recuperação da economia global deverá exibir aceleração nos próximos trimestres. Para o Brasil, o maior desafio será evitar que a crise de saúde pública se transforme em uma crise fiscal.

A BASES, na aplicação dos recursos dos planos, observa os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Exerce suas atividades com boa fé, lealdade e diligência. Zela por elevados padrões éticos e adota práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos seus participantes. A estratégia adotada pela Fundação é acompanhada e reavaliada constantemente, possibilitando que os eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos.

Todo esse acompanhamento reflete numa gestão transparente voltada ao objetivo primordial da BASES que é instituir e operar planos de benefícios previdenciários, destinados aos empregados, e seus beneficiários, dos Patrocinadores da Entidade, promovendo o bem-estar social dos seus destinatários. Superar as metas atuariais é condição primordial quando se fala em gestão de investimentos. Garantir um conforto financeiro aos seus participantes, tornou-se uma luta diária da BASES que vem desempenhando este papel de forma vitoriosa ao longo de sua história.

## **OFND – OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**

Em 1986, o Poder Executivo Federal expediu o Decreto-Lei nº 2.228, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das entidades fechadas de previdência privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas nas “Obrigações” desse Fundo (OFND’s), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

Em 27/11/2015 foi enviada Petição de Liquidação- Proc. nº 0145892-43.2015.4.02.5101- 5ª VFRJ- no valor de R\$ 605.048.102,26, Grupo 11 – Entidades: BASES, FUNSSEST, FUNBEP, CAPEF, NUCLEOS, FEMCO e PREBEG.

Em 16/02/2016 – foi feita Petição para juntada de certidão do trânsito em julgado do acórdão proferido pela 7ª turma do TRF2 do Grupo 11 ao qual a BASES faz parte.

Considerando a consulta, buscando a possibilidade do lançamento contábil dos créditos, realizada pela ABRAPP para a PREVIC em 2018, onde a mesma respondeu através do Ofício n.º 1724/2018/PREVIC de 29/06/2018, em que se manteve o entendimento exarado por meio da Nota n.º 01/2011/CGMC/CGMC/DIACE/PREVIC de 06/11/2011, no sentido de que os registros continuem em Notas Explicativas, considerando ainda que, o registro contábil da receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, bem como de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com a Orientação CVM nº 15/87, a BASES não efetuou contabilização desse possível acréscimo aos investimentos, principalmente com o objetivo de evitar quaisquer registros contábeis que possam gerar dúvidas a respeito da posição financeira da entidade apresentada a cada exercício social.

A BASES continuará acompanhando o processo e o andamento das ações referentes a OFND, avaliando oportunamente a possibilidade de reconhecimento do direito e respectivo crédito.

## Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra tal intenção.

Em 07 de julho de 2006 foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipensions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa, reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nº 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

Em março de 2008, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

Em setembro de 2015, a PREVIC – Secretaria de Previdência Complementar, atendendo à solicitação do MultiPensions Bradesco, encaminhou à BASES o Ofício de nº 2395/CGTR/DITEC/PREVIC definindo que a Entidade procedesse, em 30 (trinta) dias, a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios, com a alegação de que não havia impedimento processual para o cumprimento das Portarias nº 1383/2007 e 1384/2007.

Ciente de estar amparada por argumentos que estão de acordo com a legislação, a BASES interpôs, no dia 24 de setembro de 2015, uma Cautelar Inominada no Tribunal Regional Federal – 1ª Região pedindo a anulação da determinação imposta pela PREVIC, de modo a salvaguardar os direitos da Entidade e de seus Participantes. O Desembargador deferiu a favor da BASES, determinando que aquele Órgão se abstenha de exigir da Fundação a transferência, para o MultiPensions Bradesco, do gerenciamento dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Paralelamente à Ação Cautelar, a BASES interpôs Recurso Administrativo junto à Superintendência de Previdência Complementar pedindo reconsideração da decisão contida no Ofício 2395/CGTR/DITEC/PREVIC. Em 7 de outubro de 2015, foi publicado no Diário da Justiça Federal, a decisão proferida pelo TRT 1ª Região, para que a PREVIC se abstenha de exigir da BASES a transferência dos planos para o Multipensions Bradesco.

O MultiPensions Bradesco ingressou, no dia 13 de outubro de 2015, com um Agravo Regimental, e a PREVIC interpôs Embargos de Declaração, no dia 16 de outubro de 2015, contestando a decisão do Desembargador. Ambos estão pendentes de julgamento.

A Entidade continua aguardando decisão referente à Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

## 18. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou em 20 de agosto de 2020 a Instrução PREVIC nº 31/2020 com a finalidade consolidar e atualizar a legislação contábil relativa às entidades fechadas de previdência complementar. Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, dentre as principais alterações, podemos destacar:

- Fim da segregação das despesas administrativas entre gestões previdencial e de investimentos.
- Fim da segregação de despesas administrativas entre comuns e específicas.
- Fim da segregação das despesas de serviços de terceiros entre pessoa física e pessoa jurídica.
- Transferência dos Contratos de com cláusula atuarial, do Passivo – Provisões Matemáticas a Constituir para o Ativo Realizável da Gestão Previdencial.
- Atualização de depósitos judiciais somente por ocasião da emissão de alvará de levantamento expedido pelo poder judiciário.
- Os imóveis classificados como investimentos dos Planos de Benefícios passarão a ser reavaliados anualmente com a dispensa da depreciação.

Ingryd Cunha Lemos  
Presidente

Nelsiene Santos Sena  
Diretora Administrativa Financeira

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo  
Contador-CRC/BA 11236/O-0



# Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Conselheiros da  
Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES  
Salvador – BA

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº 30, de 10.10.2018, estabelece regras relativas às condições e procedimentos relacionados à apuração do resultado, e à destinação e utilização de superávits e equacionamento de déficits dos planos de benefícios, assim resumidos:

(i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;

(ii)- estabelecido o conceito de "duração do passivo", que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;

(iii)- novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do "Ajuste de Precificação" dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à "duração do passivo", ao "ajuste de precificação de títulos públicos" e ao "equilíbrio técnico ajustado" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

## Outros assuntos

### Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório, emitido em 18 de março de 2019, não continha modificações.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório,

quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador- BA, 18 de março 2021.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – BA  
Paulo de Tarso M. Malta Jr  
Contador – CRC-PE – 0018346/O – “S” – BA

## Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 23 (vinte) dias do mês de março de 2021, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2020, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutaçãode Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutaçãode Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuário e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da BASES relativas ao exercício de 2020.

Salvador (BA), 23 de março de 2021.

Adriana Alcântara Villas Boas  
Presidente

Luis Artur Pereira Freitas  
Conselheiro

## Manifestação do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2021, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2020, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutaçãode Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutaçãode Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprovação do Relatório Anual e Prestação de Contas, contidos nas Demonstrações Contábeis da BASES relativas ao exercício de 2020.

Salvador (BA), 23 de março de 2021.

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira  
Presidente

Antonio Monteiro Soares  
Conselheiro

Fernando Santos Braga  
Conselheiro

Hilda Maria Ribeiro Chagas  
Conselheira

Nelson Ney Pires Gomes Santana  
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2020

Publicação produzida pela área de Comunicação da Fundação BASES e dirigida a seus participantes ativos e assistidos.

RESPONSÁVEL

Eliana Gentili (MTBA n.º 2694)

Analista de Comunicação



**bases**  
FUNDAÇÃO BANE B DE  
SEGURIDADE SOCIAL

Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar,  
Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador- BA

**Seguridade**

71 3319-6301

71 3319-6302

71 3319-6303

71 3319-6304

**Empréstimo**

71 3319-6310

71 3319-6313

**Diretoria**

71 3319-6300

[www.facebook.com/fundacaobases](https://www.facebook.com/fundacaobases)

[www.instagram.com/fundacaobases](https://www.instagram.com/fundacaobases)

[www.bases.org.br](http://www.bases.org.br)